



PRESTAÇÃO
de contas
2021
mandata
Dani
Portela

*nossos passos vêm
de muito longe...*



PRESTAÇÃO
de contas
2021
mandata
Dani
Portela





SUMÁRIO

ApresentaçãoPÁG. 05
Mandata em númerosPÁG. 08
Quem faz a mandata Dani Portela?PÁG. 10
Nossos projetos de leiPÁG. 12
TEXTOS	
01. Discurso de possePÁG. 15
02. Renda básica: pela garantia da vida das mulheresPÁG. 19
03. Maiores taxas de letalidade pela Covid19 no Recife são de bairros periféricosPÁG. 23
04. Agenda Marielle FrancoPÁG. 25
05. Posicionamento sobre o Auxílio Municipal EmergencialPÁG. 28
06. Ditadura nunca mais!PÁG. 36
07. Mortalidade materna durante a pandemia de Covid19PÁG. 38
08. Comissão Mista Popular sobre a Lei Aldir BlancPÁG. 40
09. Dia da trabalhadora e do trabalhador em contexto de desemprego, fome e crisePÁG. 43

10. Em defesa da aprovação da Comissão da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo	PÁG. 46
11. Em defesa das servidoras e dos servidores: não à Reforma da Previdência proposta pela Prefeitura do Recife	PÁG. 50
12. Orgulho LGBTQIA+ e a luta pelo direito à vida	PÁG. 52
13. Audiência Pública - Todas as Crianças nas Creches	PÁG. 54
14. Audiência Pública - Cotas raciais nos concursos públicos e seleções simplificadas para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no município do Recife	PÁG. 57
15. 15 anos da Lei Maria da Penha e o aumento de casos de feminicídio	PÁG. 59
16. Contra o discurso e postura capacitista do Governo Bolsonaro	PÁG. 61
17. Audiência Pública - Sítio Santa Francisca (Comunidade da Linha)	PÁG. 63
18. Fim do Bolsa Família e a falácia do Auxílio Brasil	PÁG. 65
19. Medalha Olegária Mariana - Ediclea Santos	PÁG. 67
20. Sessão Solene em Celebração ao Dia da Consciência Negra – Homenagem a Inaldete Pinheiro	PÁG. 70





APRESENTAÇÃO

Os nossos passos vêm de muito longe. Sinto que levei toda uma vida me preparando para os desafios que esse primeiro ano de legislatura trouxeram para nós. A nós, mulheres, sempre foi reservado o espaço do cuidado. Da casa. Da família. E quando nós somos negras, esse espaço é ainda mais limitado. O cuidado é com o outro.

Há um ano, nós subvertemos essa ordem. Chegamos na Câmara Municipal do Recife com a responsabilidade de fazer jus a cada um dos 14.114 votos que nos levaram a ser a VEREADORA MAIS VOTADA da capital do nosso estado. Ocupamos os espaços de decisão e poder que sempre nos foram negados e os desafios foram imensos, como também foram valorosos os ganhos.

Em um ano, a gente fez muito barulho para mexer aquelas estruturas por dentro. Lutamos pelos direitos das mulheres, das negras e negros, das crianças, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIA+, das servidoras e servidores. Ocupamos a tribuna inúmeras vezes para ampliar as vozes da população. Levamos para a Casa do Povo os desejos e as necessidades de quem constrói o nosso Recife.

Atuamos fortemente para transformar o orçamento da nossa cidade e o plano plurianual, com a produção de 79 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias; e mais de 150 emendas ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual. Realizamos audiências públicas sobre direito à moradia, sobre saúde pública. Além disso, realizamos fiscalização em maternidade e andamos muito pela nossa cidade ouvindo a população.

Por compreendermos que as desigualdades de raça, gênero e de classe estruturam as nossas vidas, lutamos por políticas públicas que enfrentem essas questões. Nesse primeiro ano de mandata, atuamos, sobretudo, nas pautas ligadas às mulheres, ao enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial e à educação. Nossa escolha esteve pautada no nosso compromisso com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária para todas, todos e todes que constroem essa cidade. Essa decisão se deu, principalmente, por entendermos que essas são dimensões das políticas públicas em que concentram essas desigualdades de forma profunda e que nos permitem trabalhar também temáticas ligadas à saúde, à comunidade LGBTQIA+, às pessoas com deficiência, à luta pela moradia, dentre outras. As lutas não devem se dar de forma separada, mas sim de forma interseccional. Diante disso, nas nossas diversas formas de atuação, sejam indicações à Prefeitura do Recife, aos pedidos de informação aos órgãos competentes, aos Projetos de Lei, aos pronunciamentos públicos, dentre outros, buscamos trazer à tona não só as problemáticas, mas as medidas que precisam ser tomadas.

Partindo do pensamento de Paulo Freire de que a educação precisa ser libertária e libertadora, vemos na escola um papel fundamental de enfrentamento às opressões de gênero, raça e classe. A escola precisa ser o espaço de respeito e de valorização da diversidade e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois como Freire já nos dizia: “A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Por isso, construímos, junto com o mandato do vereador Ivan Moraes, o Projeto de Lei Nº 316/2021, que garante no ambiente escolar nas redes de ensino pública e privada no Recife a livre expressão de pensamentos e opiniões, bem como o respeito à pluralidade de ideias. Entendemos que não basta a estrutura física para uma educação de qualidade. É preciso valorizar quem atua nessa área. Diante disso, atuamos fortemente na defesa das professoras e professores municipais, assim como das e dos Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADIs), que trabalham diariamente para que o direito à creche seja assegurado, direito esse que é das crianças a terem um espaço de socialização e aprendizado de qualidade. Realizamos a Audiência Pública “Todas as crianças nas creches” para debater o tema e cobrar da Prefeitura a garantia desse direito. Solicitamos, também em coautoria com Ivan Moraes, à gestão municipal a manutenção do valor do cartão-alimentação destinado aos estudantes das escolas municipais.

O enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial são pautas centrais em nossa atuação, pois sabemos que a população negra, maioria em nossa cidade, tem sido historicamente invisibilizada nas políticas públicas. Por isso, uma de nossas primeiras ações foi o Projeto de Resolução Nº 5/2021, que institui em caráter permanente a Comissão da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo na Câmara Municipal do Recife. Entendemos que essa pauta, historicamente colocada como de direitos humanos, precisa de uma comissão específica, pois a promoção da igualdade racial se dá nas mais diversas esferas, seja na economia, nos cargos públicos, na educação, na saúde, na mobilidade etc. Não é um recorte temático, é uma estrutura e, como tal, precisa do reconhecimento e desse espaço na Casa do Povo.





Quando vemos a realidade das mulheres, percebemos que o contexto das negras é de vulnerabilidade em diversos aspectos e que se aprofundam quanto mais precário é o contexto de vida. Por isso, é necessário o olhar para o feminismo negro e para a construção de uma mandata feminista antirracista e popular. Também entendemos que tratar a pauta das mulheres é, ao mesmo tempo, interseccionar com outras demandas. Na luta pela moradia, que tanto apoiamos, por exemplo, compreendemos o papel das mulheres, historicamente na invisibilidade. Vemos como a violência doméstica e os feminicídios têm se agravado com a pandemia de Covid19 e que precisam de medidas urgentes. Pensando nisso, aprovamos uma emenda à Lei de Orçamentária Anual (LOA) para “Elaboração de Projeto de Criação do Observatório de Violência contra a Mulher”, que faz parte do Projeto “Promoção da Cidade Segura para as Mulheres”. Além disso, sabemos que são as mulheres negras as maiores vítimas da mortalidade materna e da violência obstétrica. Por isso, nossa atuação para fiscalizar e cobrar da Prefeitura do Recife medidas eficazes para mudar esse cenário. Sabemos que uma cidade melhor para as mulheres e, principalmente, para as mulheres negras, é uma cidade melhor para todas as pessoas.

Temos muito orgulho da nossa caminhada até aqui e sabemos que esse é apenas o começo. O nosso compromisso de lutar pela construção de uma cidade melhor para todas, todos e todes se mantém. Neste livro de prestação de contas, apresentamos a nossa produção legislativa do primeiro ano da Mandata Dani Portela. Reunimos nossos projetos de lei, transcrevemos os nossos principais discursos que buscam dar um panorama de tudo que trabalhamos ao longo de 2021. Demos os nossos primeiros passos e seguiremos firmes na construção desse Recife mais justo e igualitário.

MANDATA EM NÚMEROS

- Realizamos fiscalização em diversos serviços oferecidos pela Prefeitura do Recife!

- Atuamos fortemente para transformar o orçamento da nossa cidade!

- Construímos **79** Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Construímos mais de **150** Emendas ao Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual

- Mandata em números (janeiro a novembro de 2021):

- Requerimentos:

216

- Projetos de Lei Ordinária:

27

- Projetos de resolução:

02

- Projeto de Decreto Legislativo:

01

- Realizamos:

Audiências públicas:

09

Sessões solenes:

03

Reuniões públicas:

03

- Participação em comissões e frentes parlamentares:

- Presidenta da Comissão da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo
- Membro titular da Comissão da Mulher
- Membro titular das frentes pela Renda Básica, pelo Centro do Recife e da Primeira Infância





QUEM MATA UMA MULHER
MATA A PAZ DA COMUNIDADE!

MARIA
ASSASSINADA
EM FEVEREIRO 2021

FRENTE
MINIBTA
CONTRA O
FEMICÍDIO





QUEM FAZ A MANDATA

VEREADORA

Dani Portela

INSTITUCIONAL

Germana Accioly

Marcílio Brandão

Renata Farias

Eliabe Silva

Nadja Barros

MOBILIZAÇÃO

Luiza Carolina

Filipe Souza Coelho

Myrella Santana

Raphaela Carvalho

Elzanira da Silva

Netinho Batista

LEGISLATIVO

Josenira Nascimento

Ana Cecília Gomes

PESQUISA

Gabriela Falcão

Emanuele Nascimento

Vitor Maia

COMUNICAÇÃO

Maria Helena Monteiro

Luciana Ribeiro

Tom Cabral

João Penna

Jackson Augusto

Poliana Alves





NOSSOS PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 415/2021

Torna obrigatória a afixação de placas ou cartazes em farmácias, clínicas ginecológicas e hospitais privados que ofereçam serviço de ginecologia e obstetrícia no município do Recife, com informações acerca dos serviços de aborto legal.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 398/2021

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife, o “Dia em Memória às Vítimas de Femicídio Recifenses”.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 397/2021

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife o “Dia do Imigrante Africano”.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 396/2021

Denomina “Lélia Gonzalez” a próxima rua a ser construída no município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 395/2021

Denomina “Carolina Maria de Jesus” a próxima rua a ser construída no município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 394/2021

Denomina “Antonieta de Barros” a próxima rua a ser construída no município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 393/2021

Denomina “Maria Firmina dos Reis” a próxima rua a ser construída no município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 392/2021

Denomina “Luiz Gama” a próxima rua a ser construída no município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 386/2021

Institui o “Estatuto da Igualdade Étnico-Racial” no âmbito do município do Recife. Autoria: Dani Portela, Ivan Moraes, Jairo Britto, Liana Cirne, Luiz Eustáquio, Osmar Ricardo, Rinaldo Júnior

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 382/2021

Denomina “Esperança Garcia” a próxima rua a ser construída no município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 381/2021

Dispõe sobre a proibição de homenagens a violadores de direitos humanos no Município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 374/2021

Dispõe sobre a proibição de homenagens, por meio da utilização de expressão, figura, desenho ou qualquer outro sinal relacionado à escravidão ou a pessoas que especifica, por pessoas físicas e pessoas jurídicas de Direito Privado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 371/2021

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife o “Dia dos Povos Ciganos”.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 332/2021

Cria o “Selo Diversidade Racial”, para promover ações afirmativas de promoção da igualdade racial no âmbito da iniciativa privada no município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 329/2021

Inclui no calendário oficial de eventos do município do Recife o “Dia do Sociólogo”, a ser comemorado anualmente em 10 de dezembro.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 327/2021

Inclui no calendário oficial de eventos do município do Recife o “Agosto Indígena”.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 316/2021

Dispõe sobre as garantias constitucionais no ambiente escolar das redes de ensino pública e privada no município do Recife. Autoria: Dani Portela, Ivan Moraes

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 222/2021

Inclui as trabalhadoras e trabalhadores domésticos e as cuidadoras e os cuidadores como grupo prioritário do plano de vacinação contra a Covid-19 no município do Recife.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 169/2021

Denominar-se-á “Parque da Resistência Leonardo Cisneiros”, o parque que será construído no Cais José Estelita, no município do Recife. Autoria: Dani Portela e Ivan Moraes

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 110/2021

Suspende o cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejos, desocupações ou remoções forçadas no município do Recife, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19. Autoria: Ivan Moraes, Dani Portela

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 102/2021

Inclui pessoas gestantes ou puérperas como grupo prioritário da Fase 1 do Plano Recife Vacina, Programa Emergencial de Vacinação para o Combate e a Erradicação do vírus da Covid-19 no Município do Recife. Autoria: Dani Portela, Ivan Moraes

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 90/2021

Determina a obrigatoriedade de circulação de todas as frotas de transportes coletivos de passageiros na cidade do Recife, enquanto perdurar a pandemia da Covid-19. Autoria: Dani Portela, Ivan Moraes

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 71/2021

Dispõe sobre a prestação de assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitações de interesse social para famílias de baixa renda, no município do Recife. Autoria: Dani Portela e Cida Pedrosa

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 68/2021

Inclui no calendário oficial de eventos do município do Recife o “Dia da Visibilidade Trans”. Autoria: Dani Portela e Cida Pedrosa

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 62/2021

Inclui no calendário oficial de eventos do município do Recife o “Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política Contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA nº 60/2021

Institui no calendário oficial de eventos do município do Recife o “Dia Municipal da Luta contra a Homofobia, a Lesbofobia, a Bifobia e a Transfobia”. Autoria: Dani Portela e Cida Pedrosa

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 56/2021

Regulamenta o inciso XXI, do artigo 63, da Lei Orgânica do Município do Recife, para reservar à população da raça negra 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para provimento de cargos na estrutura da administração pública do município do Recife.





Texto 01

DISCURSO DE POSSE

Para cada parlamentar negra e negro, eleitos nesse país. Para nós, o povo preto uma reintegração de posse dos territórios políticos do nosso país.

DISCURSO DE 01 DE JANEIRO DE 2021.

Exmo Sr. Presidente em exercício da Câmara Municipal, Vereador Eduardo Marques, em nome de quem eu saúdo os demais colegas vereadoras e vereadores eleitos para o exercício da próxima legislatura, a 18ª legislatura da Câmara dos Vereadores do Recife. Demais autoridades, imprensa, assessores, integrantes dos movimentos sociais, funcionários da Câmara Municipal do Recife, minha gratidão. Também aproveito para agradecer, principalmente, à categoria dos servidores e servidoras municipais, em especial a categoria das professoras e professores que estão aí fora registrando um protesto por mais direitos. Aproveito ainda para cumprimentar todas e todos que não puderam estar aqui conosco. Os nossos familiares, todas as pessoas que construíram essa luta junto com cada uma e cada um de nós, que não estão aqui devido a maior crise sanitária já vivida por nós: a pandemia do Coronavírus. 2020 não foi fácil.

Hoje é o dia em que nós, que fomos escolhidos pelo povo, somos investidos na democracia representativa. Passaremos a legislar e fiscalizar o Poder Executivo Municipal, cumprindo fielmente o compromisso que acabamos de assumir aqui nesta Casa, com o nosso juramento. Com todo respeito a nós representantes, sabemos que a democracia representativa tem limites, pois os nossos sonhos, os sonhos do povo recifense não cabem em uma Casa Legislativa somente. Sabemos que os sonhos do nosso povo não se reduzem à luta do Parlamento. A cada quatro anos, o povo tem a oportunidade de eleger seus representantes. E o povo espera que cada uma e cada um de nós passe a contar uma história. Uma história que transforme para melhor a vida do povo da nossa cidade. Uma cidade mais justa e igualitária para as pessoas. Uma cidade que tenha menos prédios e mais áreas verdes. Que os rumos da cidade não sejam mais debatidos e decididos sem uma ampla participação da sociedade civil, pelo poder popular. Uma cidade melhor e segura para o povo preto, para as mulheres, para a população LGBTQIA+, jovens, crianças e idosos. Uma cidade que inclua as pessoas com deficiência e que respeite religiosidades e credos diversos. É essa a cidade que nós queremos.

Eu sou Dani Portela. Mulher negra, feminista, socialista, filha por adoção de um ex-presos político da Ditadura Militar brasileira, que devido, às torturas sofridas, não pôde gerar mais filhos. Daí, a minha adoção. Então, eu sou filha do processo de redemocratização do Brasil. E, eu não podia estar aqui nesse lugar, sem lembrar a memória dos presos e dos desaparecidos políticos da Ditadura Militar brasileira, que a gente não pode esquecer. A nossa memória precisa lembrar que, em época de endurecimento, o primeiro lugar a fechar é o Parlamento. E, nós estamos em um Parlamento, que precisa entender, que é um espaço de poder independente. E é essa independência que o povo do Recife espera deste Parlamento. Que a gente atue de maneira independente do Poder Executivo da nossa cidade. Esse é o lugar que eu falo. Falo de um lugar histórico, socialmente construído, onde a luta feminista e antirracista são centrais para mim. Sou feminista e não dá para ser feminista sem ser antirracista.

Recife é a capital da desigualdade. O próximo presidente desta casa, ou a próxima presidenta, que será empossado hoje, deve ter como pauta fundamental o enfrentamento às opressões e às desigualdades da nossa cidade. Recife não pode seguir sendo a Capital das desigualdades, sendo essas opressões de raça, de gênero ou de classe. Não podemos deixar de registrar que aproximadamente 115 mil recifenses vivem hoje abaixo da linha da pobreza. 7% de população do Recife agora está em situação de fome e insegurança alimentar, de acordo com o IBGE. É dessa cidade que estamos falando. Com esses números, não tem democracia plena, quando ela não se completou para várias pessoas que vivem hoje na Cidade do Recife. A democracia não é simplesmente um mecanismo para dar garantia aos nossos mandatos, deve ser um mecanismo para garantir a vida melhor para as pessoas. Vivemos diante do genocídio da juventude pobre negra de periferia e de um encarceramento em massa. Eu não poderia deixar de falar disso. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado neste país. Eu não poderia deixar de falar aqui que vivemos diante de um feminicídio brutal que cresce a cada dia. A violência contra as mulheres aumentou ainda mais com a pandemia e o isolamento social. Vivemos no quinto país mais violento do mundo para se nascer mulher. Isso não pode deixar de ser dito. E, com as mulheres negras, os números são ainda piores. É inadmissível que, em pleno século XXI, as mulheres negras ainda morram ao parir nas maternidades desta cidade e a gente precisa registrar isso. É inadmissível também que a questão racial na cidade do Recife não pode ser vista de maneira isolada, a luta pelo enfrentamento ao racismo e a busca de igualdade é de todas e todos nós. Isso não se resolve criando apenas uma secretaria ou uma comissão. Precisamos de ações efetivas no âmbito de todas as esferas de políticas públicas.

O crescimento da bancada de mulheres foi pequeno. Somos apenas sete vereadoras eleitas nesta legislatura. Sete vereadoras, de 39 no total. E, das sete vereadoras, há uma única mulher negra e isso diz muito sobre esses espaços de poder e de decisão que não têm sido ocupados por nós. A caneta que vai criar as leis da cidade do Recife, que vai tomar as decisões, precisa alternar de mãos. Isso é reparação histórica. A Democracia será efetivada com a verdadeira participação das mulheres nesses espaços de poder. Essa casa tem que dar mais espaço, respeitar e ouvir as vozes das vereadoras eleitas nesta legislatura. Precisamos dizer o seguinte: nós, mulheres, não podemos ser livres enquanto algumas de nós formos prisioneiras, mesmo que as correntes delas sejam diferentes das minhas. Essa é uma frase de uma feminista chamada Audre Lorde. Eu concluo a minha fala lembrando de uma vereadora eleita, que esteve neste lugar que nós estamos, há quatro anos. Companheira do meu partido, o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, a vereadora Marielle Franco. É inadmissível que, agora, no próximo dia 14 de março, vai completar três anos da morte de uma vereadora eleita, em um assassinato brutal ainda sem resposta. A morte de Marielle matou um pouco cada uma e cada um de nós. É um crime contra a Democracia. No corpo de Marielle, eram acolhidas



muitas minorias que foram silenciadas ao longo do processo histórico. Mulheres, mulheres de favela, mulheres negras e periféricas. Marielle foi morta por carregar no seu corpo o levante de Brasis que queriam estar no centro do poder e das decisões e não mais nas periferias. Por dignidade, por justiça que se grita “Marielle, presente”. A última fala da vereadora no plenário foi: “Não silenciem a voz de uma vereadora eleita. De uma mulher negra”. Poucos dias depois, Marielle foi morta e teve a sua voz silenciada. Mas Marielle falava uma coisa muito importante. É um lema da cultura africana e que eu trago para essa conclusão: Ubuntu. Eu sou porque nós somos. Porque os nossos passos vêm de muito longe. E eu dedico esse discurso a todas que vieram antes de nós. Por Marielle, por Maria Carolina de Jesus, por Teresa de Benguela, por Dandara dos Palmares, por Aqualtune, por Conceição Evaristo. Eu saúdo todas que vieram antes de nós, desde a resistência, vindas da África, nas senzalas por mais de 500 anos de história de silenciamento desse Brasil. Tiraram uma flor do nosso jardim. Podem tentar tirar uma, duas ou três, mas não vão conseguir deter a primavera inteira. A Primavera chegou e a Primavera somos nós. Obrigada.





Texto 02 RENDA BÁSICA

Renda básica: pela vida das mulheres!

DISCURSO DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

A gente tem visto que a pandemia da COVID-19 se apresenta para o mundo como uma das maiores crises sanitárias que já enfrentamos. Com ela, temos consequências sociais e econômicas graves que nos afetam diretamente. Mas, é impossível falar da pandemia no nosso país sem pensar que o que a gente vê é um aprofundamento das desigualdades sociais, sobretudo, de raça, gênero e classe. A pandemia nos afetou de maneira desigual e quem mais tem sofrido é a população pobre, periférica e negra. É impossível fecharmos os olhos para o aumento do desemprego, para as altas na inflação, para o avanço da miséria, para o crescimento da violência de gênero e racial.

O levantamento feito pela ONU (2020) aponta que os efeitos da pandemia da COVID-19 podem levar o mundo a superar a marca de 1 bilhão de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza e mantendo-as nessa condição até 2030. Dados preocupantes são mostrados também pelo relatório divulgado pela Oxfam International, em que as mil pessoas mais ricas do mundo levarão apenas nove meses para recuperar toda a fortuna perdida com a pandemia. Já os mais pobres passarão mais de dez anos para se recuperarem. Isso não pode ser visto como normal! A população mais vulnerável precisa de políticas de Estado, pois sem o mínimo de dignidade, morre não só pelo vírus, mas pela miséria e negligência do poder público.

No Brasil, o cenário não é diferente. Antes do início da pandemia, em 2019, segundo o IBGE, tínhamos no Brasil 51,7 milhões de brasileiros (24% da população) abaixo da linha da pobreza (renda mensal de no máximo R\$ 436 por pessoa do domicílio). Nesse grupo, temos um cenário mais alarmante que é o das pessoas consideradas em situação de extrema pobreza, com renda mensal de até R\$ 151 (1,90 dólares por dia) que, em 2019, eram 13,6 milhões de brasileiros (6,5% da população). Isso implica diretamente em fome, expressão máxima de nossas desigualdades e que vêm voltando com força. Ainda segundo o IBGE, 52% dos pernambucanos vivem em insegurança alimentar e 7% estão em situação grave, que leva à fome. São 661 mil pernambucanos passando fome e 4,8 milhões sem o acesso a uma alimentação com quantidade e qualidade adequadas.

Segundo números divulgados pela Folha de São Paulo, foram 67,9 milhões de pessoas que receberam o auxílio emergencial ou, ainda, quatro em cada dez brasileiros, o que cumpriu um papel importantíssimo para os estados do Norte e Nordeste, que vivem uma situação econômica mais frágil, com maior desemprego e informalidade. Quase 43% do auxílio foram para essas regiões.



Em pesquisa feita pelo Datafolha e divulgada neste ano, 69% dos que receberam auxílio emergencial não encontraram outra fonte de renda para substituir. São 14 milhões de desempregados no Brasil e que poderiam ter vivenciado uma situação ainda mais grave sem o auxílio emergencial.

Se considerarmos a lenta recuperação da economia brasileira e a insuficiência de programas sociais voltados para essa população, esse triste cenário permanecerá ao longo dos anos.

Os dados do IBGE apontam que, em 2019, em Pernambuco, 1,2 milhões de pessoas são extremamente pobres (13% da população pernambucana), fazendo com que o estado ocupe o terceiro lugar em desigualdade dos estados brasileiros. Já o Recife ocupa o posto de capital mais desigual do Brasil. Aqui, cerca de 115 mil pessoas (7% da população) vivem em situação de extrema pobreza.

Mas, por que trazemos esses dados tão alarmantes? Porque eles retratam a vida precária de uma parcela significativa de nossa população que tem seus direitos negados. E de que população estamos falando? Essas pessoas que vivem em situação de extrema pobreza têm cor e gênero. São, em sua maioria, as mulheres negras as mais atingidas pela pobreza e suas consequências. Com a pandemia, não foi diferente.

São essas mulheres as maiores afetadas pelo aumento do desemprego. De acordo com o balanço do Novo Caged 2020, em Pernambuco, dos 5.163 empregos formais perdidos no ano passado, 5.137 (99.5%) foram de mulheres. Dentro desse grupo, são as mulheres negras que estão em situação de maior desvantagem.

Queremos chamar a atenção para esses 7% da população recifense que vivem em situação de extrema pobreza (representado em sua maioria por mulheres negras). É a população que não tem acesso a elementos básicos para sobrevivência. A esse grupo é negado, por exemplo, a água, o saneamento básico, condições adequadas de moradia, acesso à educação e, principalmente, o direito a se alimentar.

Estamos falando em um contexto que vem se desenhando nos últimos anos e que se agravou com a pandemia, que é de perda de direitos, de um aprofundamento da situação de vulnerabilidade social, de condições sociais e ambientais que as mulheres negras lidam com uma situação de ainda mais injustiça. Boa parte segue nos trabalhos mais precários, na informalidade, no trabalho doméstico, nos cuidados com os filhos e os demais familiares. Sabemos que a sociedade não responsabiliza os homens da mesma forma e isso gera uma sobrecarga mental, física, emocional sobre as mulheres e, quando falamos das pobres, em sua maioria negra, o contexto é ainda pior.

Em estudo realizado em parceria pela Sempre Viva Organização Feminista e Gênero e Número, a gente percebe o significado da crise sanitária na vida das mulheres: 50% das brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia. Das negras, o percentual foi de 52%, enquanto com as brancas foi de 46%. São idosos, crianças, pessoas com deficiência que ficaram sob a responsabilidade das mulheres, que acumularam com os cuidados com os diversos outros afazeres cotidianos. Outro dado que chama a atenção: 40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram o sustento de casa em risco. Destas, 55% são negras. O percentual preocupante segue com as negras, que são 58% das desempregadas.

Com a pandemia e as altas nos valores dos produtos que compõem a cesta básica, a fome se faz um elemento presente na vida dessas pessoas. O auxílio emergencial veio para dar conta dessa triste realidade reduzindo a pobreza e os impactos da pandemia, mas com o seu fim, o avanço da miséria é inevitável. Com o fim do auxílio e com a sinalização por parte do Governo Federal de que não é prioridade renová-lo, faz-se urgente e necessária a aprovação da Renda Básica permanente no

município do Recife para que se torne uma política de Estado que faça o enfrentamento à pobreza, à fome, que garanta dignidade e direitos, princípios fundamentais à construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Como uma família que sobrevive com uma renda per capita de até R\$ 151 vai suprir suas necessidades alimentares com os preços exorbitantes que nos deparamos ao entrarmos nos supermercados? Óleo de cozinha por R\$ 8, um quilo de carne por R\$ 35, feijão por R\$ 8, arroz por R\$ 5, gás de cozinha por R\$ 75. Fica explícito que essa conta não fecha.

Sim, tivemos um aumento no custo de vida com a pandemia (e todos nós sentimos isso), mas não podemos ignorar que, para esse grupo (composto principalmente por mulheres negras), esse aumento no custo de vida tem significado negar o direito à vida dessa população. Cabe destacar que o valor da cesta básica no Recife teve um aumento de 19,2% em 2020, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), custando R\$ 469,39.

Estamos falando de mulheres pobres, negras, mães, desempregadas que, com o fim do auxílio emergencial, se veem na difícil tarefa de alimentar seus filhos e filhas, de pagar seu aluguel, de se deslocar (com passagens absurdamente caras – se é inviável um trabalhador que recebe R\$ 1.100 por mês pagar uma passagem de ônibus de R\$ 5,10, mais de 10 reais por dia (mais de 200 por mês), imagine uma pessoa que vive em situação de extrema pobreza) – Essa conta continua não fechando! Com esse aumento de 8,7% nas passagens, milhares de pessoas vão, inclusive, ter o seu direito de ir e vir na cidade cerceados por não terem dinheiro para o deslocamento. Não falo de ir e vir para ter lazer, que é um direito de toda a população, mas para ter acesso aos serviços de saúde, a procurar emprego, a viver de forma digna.

Nós não podemos aceitar que uma parcela da população do Recife não tenha nem o direito básico de ir e vir, por exemplo. Que ela não tenha acesso a serviços e direitos básicos. É por isso que acreditamos na importância da renda básica permanente como uma política fundamental que trará para a cidade de Recife a possibilidade de uma maior equidade social.

A nossa proposta de renda básica vai beneficiar, inclusive, as chamadas famílias monoparentais, que têm a mulher como responsável pelo sustento dos filhos e filhas. Dados apontados pelo IBGE em 2018 apontam que das 11,4 milhões de famílias monoparentais brasileiras, 7,8 milhões (68,42%) eram lideradas por mulheres negras e que destas, 23% vivem em situação de extrema pobreza (com até US\$1,90 por dia). Assim, a renda básica poderá garantir a um grupo formado substancialmente por mulheres negras a reparação da condição de vulnerabilidade em que estas se encontram.

Se, hoje, Recife ocupa a posição de capital brasileira mais desigual, a renda básica permanente vem como o objetivo principal de enfrentar essas desigualdades de gênero, raciais e sociais que assolam a vida de milhares de recifenses.





Texto 03 COVID19

Maiores taxas de letalidade pela Covid19 no Recife são de bairros periféricos

DISCURSO DE 08 DE MARÇO DE 2021.

A gente tem acompanhado os últimos dias com bastante apreensão diante do cenário catastrófico que já estávamos vivendo e, com um governo federal que faz pouco caso, que não se importa com as vidas perdidas com a pandemia do novo coronavírus e que se agravou. Na semana passada, tivemos dias de recorde de mortes. Foram 1.727 no dia 02, no dia 03, 1.910, no dia 05, 1.800 mortes. Enquanto isso, Jair Messias Bolsonaro ironiza dizendo que estamos de frescura e “mimimi” e pergunta até quando vamos ficar chorando. Isso é um escárnio diante de mais de 260 mil vidas perdidas, de famílias destroçadas, em sofrimento e de milhões de pessoas desempregadas, da fome ter voltado a ser uma triste realidade na vida de tantas brasileiras e brasileiros. Só em fevereiro, no país, foram 30.484 mortes, segundo maior número desde julho.

Enquanto a doença recua em outros países, nós vivemos o pior momento, com 30% das novas infecções no mundo. Já somos o segundo país em vítimas fatais e caminhamos para 300 mil mortes como se essa situação fosse natural, como analisa o infectologista de São Paulo, Jamal Suleiman. Ele declara que está cansado. É assim que nós estamos também num contexto em que, de acordo com informações das secretarias estaduais de saúde, 17 estados estão com nível de ocupação de leitos considerado muito crítico, com 80% de ocupações de enfermarias e UTIs, com procedimentos eletivos suspensos e com profissionais de saúde exaustos e sem poder tirar férias, como é o caso de Pernambuco. Como declara a pneumologista Margareth Dalcolmo, teremos o março mais triste de nossas vidas.

Ou, ainda, utilizando as palavras da jornalista Eliane Brum: “O que mais falta acontecer, ver e provar para compreender que estamos submetidos a um projeto de extermínio? Primeiro, vimos pessoas morrerem em agonia por falta de oxigênio nos hospitais. Depois, assistimos às cenas de pessoas intubadas que, por escassez de sedativos, tiveram que ser amarradas em macas para não arrancarem tudo por dor e desespero. O que mais falta? Qual é o próximo horror? De qual imagem necessitamos para entender o que Bolsonaro está fazendo?”

Quero aqui prestar minha solidariedade às mais de 11 mil vítimas em nosso estado, principalmente, às famílias das mais de 3 mil pessoas que perderam a vida no Recife. É também sobre a realidade local que eu quero chamar a atenção. Pernambuco tem a segunda maior taxa de letalidade do país, perdendo apenas para o estado do Rio de Janeiro.

Em quase um ano desde a primeira morte registrada no Recife, em 25 de março de 2020, os dados são alarmantes, mas, infelizmente, não surpreendem. Estou sempre aqui falando de como o racismo estrutura as desigualdades sociais e muita gente pode dizer que eu vejo racismo em tudo. Não sou eu que vejo, mas é uma verdadeira estrutura de opressões e que não pode ser ignorada. Falar de saúde é falar de racismo, falar de desemprego é falar de racismo e podemos fazer o mesmo com tantas outras pautas. Não dá para a gente ver uma notícia do jornal o Globo no dia 21 de fevereiro de que apenas 19% dos 5 milhões que haviam sido vacinados no Brasil são negros, quando temos uma população de pretos e pardos de 56%, segundo o IBGE.

No dia 15 de fevereiro, saiu uma reportagem no Jornal do Commercio sobre a taxa da mortalidade no Recife e, como desconfiávamos, entre os dez bairros mais populosos, seis têm uma taxa maior do que a média do Recife, que é de 180 a cada 100 mil habitantes. São eles: Ibura (250), Nova Descoberta (233), Afogados (231), Água Fria (225), Cohab (193) e Cordeiro (189). Sabemos que é nos bairros periféricos onde as pessoas não têm o acesso cotidiano à água e nem tiveram o direito a fazer o isolamento social, já que vivemos uma realidade de trabalhadores informais, que precisam sair de casa diariamente para conseguir o sustento. Segundo dados do IBGE, 47,8% das mulheres negras estão na informalidade e o temor de não ter como alimentar seus filhos é uma realidade. Não nos esqueçamos de que Recife é a capital mais desigual do país, com 115 mil pessoas, 7% da população, vivendo abaixo da linha de extrema pobreza, ou seja, recebendo até R\$ 151 por mês.

Segundo o boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde do Recife, em 04 de março, 64,7% dos óbitos são formados por pretos e pardos. Ou seja, não é coincidência que os bairros com maior taxa de letalidade sejam justamente os periféricos. Não podemos esquecer que, segundo dados do IBGE, 71,5% da população brasileira depende do Sistema Único de Saúde (SUS) e, desses, quase 80% são negros e negras. Ou seja, a taxa de ocupação de UTIs e a suspensão de consultas e procedimentos eletivos nos serviços públicos atingem, principalmente, essa grande parte da população, que, mesmo antes da pandemia, já enfrentava uma série de dificuldades para ter acesso com qualidade aos serviços de saúde.

O fato de uma grande parte das mortes por síndrome respiratória aguda ser, em sua maioria, de pessoas negras revela a vulnerabilidade dessa população, que já era uma realidade mesmo antes da pandemia do Coronavírus. É importante ressaltar que não é só o vírus que mata e que, durante o isolamento social, essa população foi diretamente atingida por representar, majoritariamente os trabalhadores e trabalhadoras informais e que está sendo diretamente afetada pelo fim do Auxílio Emergencial, cuja última parcela foi depositada em janeiro. Esses dados reforçam a urgência de uma renda básica permanente para enfrentar a pobreza, a fome, as desigualdades sociais e raciais.

Nesse contexto, é necessário também pensarmos no Estatuto da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, que verse sobre políticas públicas para a população negra, que defendamos o SUS e que olhemos para as questões de atenção à saúde integral, reconhecendo as diferenças e limitações do acesso à saúde pública no município do Recife. Por fim, quero reiterar a defesa que nós, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), fazemos de vacina já para todas e todos!

Texto 04

AGENDA MARIELLE FRANCO

Parlamentares, de diversos partidos, comprometidas com a Agenda Marielle Franco, do Instituto Marielle Franco

DISCURSO DE 15 DE MARÇO DE 2021.

Bom dia às vereadoras e vereadores da Câmara Municipal do Recife. Bom dia a quem está nos assistindo de casa. Subo hoje nesta tribuna como uma mulher negra eleita para compartilhar com todas e todos que, nesta semana, em dezenas de cidades do país, parlamentares, de diversos partidos, comprometidas com a Agenda Marielle Franco, do Instituto Marielle Franco, protocolamos alguns Projetos de Lei apresentados por Marielle Franco no Rio de Janeiro, e vários deles aprovados inclusive pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Projetos que carregam propostas que podem e devem ser implementadas aqui no nosso município.

Desta casa, eu e a vereadora Cida Pedrosa, assinamos a Agenda Marielle Franco e, por isso, apresentamos juntas projetos e propostas elaboradas por Marielle e apresentadas por ela em sua cidade.

Estamos falando de propostas como o PL que visa criar aqui em Recife o dia da luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, a ser comemorado anualmente no dia 17 de Maio. A data foi escolhida em atenção à exclusão da homossexualidade como Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorrida em 17 de maio de 1990, oficialmente declarada em 1992.

Outro PL apresentado por Marielle e que eu e Cida protocolamos aqui é o que visa beneficiar famílias de baixa renda ao disponibilizar assistência técnica pública e gratuita para elaboração de projetos, construções, reformas, ampliações e fomentará a regularização fundiária de habitação de interesse social destas famílias cuja renda não ultrapassem até 3 (três) salários mínimos mensais.

Cida e eu aproveitamos nossa parceria na Agenda Marielle e apresentamos também um Projeto de Lei para criar o Dia Municipal da Visibilidade Trans, a fim de trazermos à pauta desta Casa uma das populações mais marginalizadas pela nossa sociedade e que, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), entre janeiro e outubro de 2020, foram registrados 151 assassinatos de pessoas trans no Brasil, impactando um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Precisamos debater isso e dar um basta nas violências contra a população trans.



Ao longo deste ano, poderemos debater cada um dos projetos que protocolamos no tempo que for necessário para que possamos adaptá-los ainda mais à nossa realidade e fazermos valer os direitos que garantem a nossa constituição.

Além dos projetos de Marielle, todas nós, comprometidas com a Agenda Marielle Franco apresentamos também um projeto para que o dia 14 de março, data em que se completam 3 anos sem Marielle e Anderson, 3 anos sem respostas sobre quem mandou matar Marielle, seja o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política Contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas.

Já seria motivo o bastante oficializarmos essa data em homenagem à vida e à luta de Marielle, mas este projeto se torna ainda mais urgente quando desde o final do ano passado, dezenas de parlamentares negras eleitas sofreram ameaças e atentados contra as suas vidas.

É bom lembrar que o Estado brasileiro que deveria zelar por todas as vidas, é quem assassinou Marielle Franco - sim, o Estado, afinal as armas eram da polícia, os autores eram policiais. Portanto, cabe a nós, parlamentares eleitas, darmos um recado de que nenhuma morte é aceitável, mas que quando uma parlamentar eleita é assassinada, isso é um ferimento grave à democracia brasileira.

Um ensinamento antigo das nossas ancestrais e da nossa mãe terra, que já virou sabedoria popular diz que: “A gente colhe o que a gente planta.”

Então, se hoje estamos juntas plantando projetos e ideias baseadas no amor, na justiça social, no bem viver de todas as pessoas, é porque é esse o mundo que queremos colher. E, para cada cidadão que desprezar a memória de Marielle e quiser plantar violência e ódio, seremos muitas de nós unidas para defender sua memória e semear amor e justiça. Seguiremos firmes, comprometidas com a Agenda Marielle Franco, que sistematiza o legado de Marielle em um conjunto de pautas e práticas antirracistas, feministas e populares. Seguiremos firmes, apoiando as ações do Instituto Marielle Franco, organização fundada pela família de Marielle, dirigida por Anielle Franco, para lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar as sementes que Marielle deixou.

Aproveito este espaço para convidar Vossas Excelências para participarem da Reunião Solene em homenagem a Marielle, que acontecerá hoje nesta casa, às 16 horas, de maneira remota. Será um espaço para discutirmos o legado de Marielle e como potencializar as lutas travadas por ela, especialmente, nas casas legislativas deste país. É um momento para debater também violência política contra as mulheres e como podermos enfrentá-la.

Estão confirmadas as participações da deputada federal e líder do PSOL na Câmara, Talíria Petrone; das Juntas Codeputadas; além das intervenções em vídeo da presidente do Instituto Marielle Franco, Anielle Franco; e da poetisa Bione. Contamos com a presença de cada uma e cada um aqui.

Nesse sentido, convido todas que estão ouvindo esse chamado, a participar do Março Por Marielle e a fortalecer essa família e essa organização independente da sociedade civil que é o Instituto Marielle Franco, que passa 365 dias por ano inspirando, conectando e fortalecendo mulheres negras, pessoas LGBTQs e periféricas a seguirem movendo as estruturas.

Seguiremos firmes e vamos juntas. Obrigada!



Texto 05 AUXÍLIO EMERGENCIAL

Posicionamento sobre o Auxílio Municipal Emergencial

DISCURSO DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Sobre o Projeto de Lei do Executivo Nº 7 de 2021, é importante destacar que os valores oferecidos pela Prefeitura da Cidade do Recife estão significativamente abaixo do que o estudo realizado pela bancada do PSOL apontou. Nosso requerimento sobre a Renda Básica Permanente indicava realocações orçamentárias suficientes para garantir um auxílio de R\$350 para as 30 mil famílias inscritas no CadÚnico. Os valores oferecidos pela Prefeitura possuem média de R\$100 por família, dividida em dois grupos aptos a receberem parcelas de R\$50 ou R\$150.

O Art 1º parágrafo IV, que versa sobre o pagamento para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com filhos entre 0 e 3 anos, que contempla 12.451 famílias, segundo dados apresentados pela Prefeitura na justificativa deste PLE, deixa de fora mães beneficiárias do Bolsa Família com filhos maiores de 3 anos, ignorando, inclusive, o quantitativo de famílias monoparentais, que têm a mulher como responsável.

Dados apontados pelo IBGE em 2018 mostram que, das 11,4 milhões de famílias monoparentais brasileiras, 7,8 milhões (68,42%) eram lideradas por mulheres negras e que destas, 23% vivem em situação de extrema pobreza (com até US\$ 1,90 por dia). Os dados Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2020, sobre o desemprego das mulheres são alarmantes. Em um estado onde as mulheres representam 95,5% das demissões, ter um olhar para as famílias monoparentais sustentadas por elas é de fundamental importância para um real enfrentamento às desigualdades de gênero e de raça. São elas que sofrem o impacto de não ter com quem deixar os filhos e de não contar com políticas públicas efetivas em relação às desigualdades de gênero e de raça. Pensar em garantir o sustento das mulheres é também proteger a primeiríssima infância.

Cabe ressaltar também que o desemprego em Pernambuco, em 2020, chegou a 16,8%, a quinta pior taxa do país e a maior desde 2017, além de 48% de trabalhadores informais. No desemprego, estamos na frente apenas da Bahia, de Alagoas, de Sergipe e do Rio de Janeiro, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE. Além disso, desde o início do Governo Bolsonaro, a cesta básica aumentou em 33%. Hoje, no Recife, custa R\$ 474,22. Como é que uma família vai ter um mínimo de dignidade com R\$ 50 ou R\$ 150?



Entendemos que o AME é uma resposta urgente para os problemas sociais que a população recifense vem enfrentando. Porém, apenas com a renda básica permanente é que vão ser garantidas condições dignas de sobrevivência e de direitos no contexto de aumento no custo de vida, de desemprego e em que é preciso enfrentar as desigualdades de classe, de gênero e de raça que assolam a vida de milhares de recifenses.

Auxílio Municipal Emergencial – Carnaval

Reconhecido internacionalmente, o carnaval da cidade do Recife é considerado o maior e um dos melhores carnavais do país. Como bons carnavalescos que somos, se não estivéssemos vivendo uma crise sanitária dessas proporções causada pela pandemia do Covid19, nesta segunda-feira, estaríamos comemorando mais um carnaval, ocupando com muita alegria as ruas do Recife. Mas, a pandemia existe e, com ela, vários problemas sociais e econômicos. Assim, quero ressaltar a importância do Auxílio Municipal Emergencial (AME), que contempla cantores e cantoras; grupos de danças; agremiações carnavalescas; grupos, bandas e orquestras. Porém, lembro que não são apenas esses profissionais que estão sofrendo as consequências da não realização do carnaval em nosso estado e, principalmente, no Recife. Já pensou como seria o carnaval de Recife sem as trabalhadoras e trabalhadores informais? Difícil imaginar, não é? O carnaval do Recife é feito também por catadores e catadoras de materiais recicláveis, das vendedoras e vendedores de alimentos e bebidas, das costureiras, das bordadeiras de estandartes, dos artesãos e artesãs. Por que essas categorias não estão no AME?

Embora a Prefeitura tenha anunciado a doação de cestas básicas em parceria com empresas privadas para catadores de recicláveis, artesãos, comerciantes informais e guardadores de carro, destaca a necessidade que vai além de alimentos, pois o carnaval representava para essas trabalhadoras e trabalhadores, a possibilidade de garantir a suas famílias o acesso a diversos bens e serviços. Trabalhar no carnaval representava, muitas vezes, para essas pessoas, acessar meios que garantiam a sobrevivência e a busca por uma vida digna. Porém, com a pandemia do coronavírus, as desigualdades enfrentadas por elas ficaram mais explícitas, tais como o deficitário acesso à moradia adequada, à água potável, a vagas em creches, à educação, ao transporte público de qualidade, o direito ao isolamento garantido, dentre outros. Essas pautas não cabem apenas em cestas básicas doadas em parceria público-privada. São necessárias políticas públicas e uma atuação que tenha como objetivo enfrentar esses problemas e tirar o Recife do triste patamar da capital da desigualdade.

É preciso lembrar que são 1,2 milhões de pernambucanos vivendo na extrema pobreza ou, ainda, 13% sobrevivendo com menos de R\$ 150 por mês por família. Quando vemos os dados por raça, os números são ainda mais preocupantes: enquanto o rendimento médio domiciliar de pessoas pretas ou pardas é R\$ 771, a das brancas é de R\$ 1.347, conforme aponta o IBGE. Estamos perto de completar um ano da declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde e há setores que fecharam ou ainda não conseguiram se recuperar. Trabalhadores que têm nos eventos culturais, como carnaval, São João, dentre outros, parte de seu sustento, vêm passando necessidade ao longo desses meses, apesar da iniciativa da Lei Aldir Blanc, que tem contemplado diversos artistas. Mas, não podemos invisibilizar trabalhadoras e trabalhadores informais que também tiram seus sustentos desses eventos e que vêm sofrendo fortemente os impactos da pandemia.

São 33 milhões de brasileiras e brasileiros vivendo do trabalho informal, o que equivale a 39,1% da população e que tiveram um mínimo de dignidade assegurada com o auxílio emergencial. É uma parcela da população que não tem garantia nenhuma trabalhista, não recebe nem férias e que precisa sair de domingo a domingo para garantir o sustento. De acordo a análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD contínua), realizada entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, o trabalho informal responde por 62% da taxa de ocupação do Brasil. Com o fim do auxílio emergencial, já são mais de 2 milhões de novos brasileiros pobres só em janeiro, podendo deixar 63 milhões abaixo da linha de pobreza.

É importante ressaltar que, desde o início da pandemia, oito capitais pagaram auxílios emergenciais municipais: Macapá, São Luís, Fortaleza, Cuiabá, Vitória, São Paulo, Manaus e Salvador. Dessas, Manaus e Salvador continuam pagando. Além delas, Belém instituiu o Programa “Bora, Belém”, com renda básica permanente no valor de até R\$ 450 para população mais vulnerável. Para o Recife, eu e o vereador Ivan Moraes apresentamos a indicação da renda básica permanente ao prefeito João Campos e, nela, mostramos a viabilidade orçamentária para assegurar o benefício à população em situação de extrema pobreza no município.

No ano passado, a Prefeitura do Recife lançou editais para contratação de costureiras e costureiros, cooperativas de consumo e microempresas para confeccionarem máscaras de tecido. A primeira chamada, em maio, foi motivo de indignação da categoria, resultando em nota de repúdio construída pelos movimentos Fórum de Mulheres de Pernambuco e Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, pois o valor pago por máscara produzida era de R\$ 1, quando a Prefeitura não forneceria nem material tampouco máquinas, ficando todo o custo de produção exclusivamente a cargo de quem estaria sendo contratada. A reivindicação dos movimentos era que custassem, pelo menos, R\$ 4,00 e que fossem fornecidos os insumos de qualidade para a produção das máscaras de tecido. Depois,



A fome não espera

**RENDA
BÁSICA**

Já!



PSOL
PERNAMBUCO

A fome não espera

**RENDA
BÁSICA**

Já!



PSOL
PERNAMBUCO

**#FO
BOLA
VACINA**



houve outros editais no valor de R\$ 2,20 e nas mesmas condições de não fornecer os materiais necessários. Segundo a nota de repúdio dos referidos movimentos, “Esse tipo de iniciativa é nada mais que um exemplo de exploração perversa da força de trabalho desta categoria profissional, em sua maioria formada por mulheres negras, pobres e periféricas”. Portanto, é preciso que a gente esteja atento a respeito de como iniciativas que, aparentemente, vêm para dar uma oportunidade de uma renda, na verdade, acabem significando uma maior precarização de uma parte da população que já vem sofrendo mais fortemente com as desigualdades sociais.

Reitero o dado que já trouxe aqui: segundo os resultados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 99,5% dos empregos formais perdidos foram de mulheres. São elas, principalmente, as negras que não têm com quem deixar seus filhos e que trabalham no setor de serviços, mais atingido com a pandemia. Quando a gente vê esses dados, é impossível não nos darmos conta de que o desemprego em Pernambuco é uma dura realidade enfrentada, principalmente, pelas mulheres. São mães demitidas na pandemia por terem que dar conta de jornadas completamente desiguais do profissional com o ambiente doméstico e dos cuidados com filhos e parentes.

A PNAD contínua evidencia também outro dado alarmante: enquanto os 10% mais ricos do país perderam apenas 3% da renda com a pandemia, os 40% mais pobres perderam 30% da renda. Não é possível olharmos esses números e acharmos que não há problema algum neles ou que é algo normal. Precisamos de políticas públicas que enfrentem essas desigualdades. Por isso, a minha fala é no sentido de provocar uma reflexão sobre como nós, que estamos no Legislativo e que temos a possibilidade de pensar em projetos de lei e de dialogar com a Prefeitura da Cidade do Recife, podemos pensar numa cidade que seja menos desigual e que pense no contexto da população mais vulnerável.

Quero destacar que os R\$ 150 pagos pela Ambev para os vendedores ambulantes de bebida não são suficientes diante de um contexto de aumento da inflação de uma cesta básica no Recife custando R\$ 474,22 e passagem a R\$ 5,10. Nesse momento, é preciso que não só as categorias contempladas no edital do Auxílio Municipal Emergencial e nessa iniciativa da Ambev, mas as demais aqui citadas que têm no período carnavalesco uma parte do seu sustento anual também sejam incluídas com o auxílio emergencial. Também quero destacar que a nossa proposta, enquanto bancada do Psol na Câmara dos Vereadores, é pela defesa da renda básica permanente no valor de R\$ 350 para as 30 mil famílias que vivem abaixo da linha de pobreza (cadastradas no CadÚnico) e que possa ser assegurado um mínimo de condições dignas de sobrevivência em nossa cidade.

Pedido de Auxílio Emergencial Municipal para gestantes e puérperas trabalhadoras informais

No dia 13 de maio, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei Federal Nº 14.151/2021 que garante o regime de teletrabalho às trabalhadoras gestantes durante a pandemia de Covid-19, o que se pode considerar um importante avanço na proteção de uma parte da população que compõe um grupo de risco para o vírus. É importante destacar que o Brasil é o país onde mais morrem gestantes e puérperas por Covid19. A cada dez óbitos, oito estão aqui, segundo estudo publicado em setembro de 2020 pela Fundação Oswaldo Cruz que apontou também que as grávidas pretas precisaram ser internadas em Unidades de Tratamento Intensivo 1,4 vezes a mais que as brancas, além de terem o dobro de chances de precisar de ventilação mecânica. Tinham também quase o dobro de chances de morrer por conta do vírus do que as grávidas brancas, o que faz o Brasil ser o pior país para as mulheres negras grávidas, conforme afirma a antropóloga e professora da Universidade de Brasília,



Débora Diniz. Diante desse cenário, além do afastamento das trabalhadoras do regime presencial e da garantia do teletrabalho, a vacinação já em curso no país e, principalmente, em Pernambuco e no Recife, são medidas de extrema importância. Mas, a vacinação por si só não é suficiente para enfrentar a pandemia. É preciso também garantir o distanciamento social.

Em maio deste ano, o Observatório Obstétrico Brasileiro Covid-19 divulgou dados ainda mais alarmantes: o número de mortes de gestantes e puérperas vítimas de Covid19 no Brasil em 2021 já é maior do que o total de mortes registradas em 2020. De janeiro a abril, foram 575 óbitos, enquanto entre março e dezembro foram 456. Em 2020, eram 10 mortes maternas por semana. Agora, a média é de 33, o que representa um aumento de 233%, conforme aponta Rossana Francisco, uma das criadoras do Observatório e presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (SOGESP). Temos, hoje, uma imensa quantidade de órfãos pelo Covid19. A média semanal de mortes maternas pela Covid19 mais do que dobrou nos três primeiros meses deste ano. Enquanto, em 2020, foram 10,4 mortes, em 2021, passou a ser de 22. Isso está relacionado não apenas à doença, mas à falta de assistência.

Vimos chamar a atenção para um segmento da população que não tem a possibilidade de fazer o teletrabalho porque o seu trabalho é nas ruas, como é o caso das vendedoras ambulantes, que estão no trabalho informal. É preciso também ressaltar o fato de que, em 2020, 99,5% dos postos formais de trabalho perdidos em Pernambuco eram de mulheres, o que nos faz ver que a relação entre a pandemia e o desemprego no nosso estado tem rosto de mulher.

Vivemos um contexto em que 14,3 milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil, segundo dados do IBGE, o que faz que o país esteja em 14º lugar em desemprego num ranking entre 100 países. Ainda de acordo com o IBGE, em 2020, metade desse quantitativo é formado por mulheres, 60% são negros ou negras e 40,6% não têm o ensino médio completo. Ou seja, o desemprego é caracterizado pela face de mulher negra e sem acesso à escolaridade.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos 34,118 milhões de trabalhadores informais no país, o que representa 39,7% do contingente no mercado de trabalho. Do total de vagas geradas entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, 81% foi no trabalho informal. Em março do ano passado, os indicadores do IBGE já apontavam que o trabalho informal no Brasil precisa ser analisado a partir de raça e de gênero, pois 47,8% das mulheres negras estão no trabalho informal. Além disso, compõem a maioria em profissões ligadas aos serviços, diretamente afetadas pela pandemia, como manicures, massagistas, trabalhadoras sexuais, trabalhadoras domésticas (a maior parte não tem carteira assinada), dentre outras.

O estudo feito pela Universidade Livre de Berlim em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Brasília, divulgado neste mês, mostrou que 59,4% dos domicílios apresentaram algum grau de insegurança alimentar entre agosto e dezembro de 2020. O que isso nos diz? São 125,6 milhões de pessoas que se alimentam de forma inadequada ou que sequer sabem quando vão conseguir se alimentar. É preciso negritar que estamos falando de fome. Para milhões de pessoas, a pandemia que vivenciam é a pandemia da fome. No Nordeste, a situação é ainda mais grave. Aqui, 73,1% dos lares registraram situação de insegurança alimentar, o que mostra, mais uma vez, a urgência do auxílio municipal emergencial como garantia de um mínimo de dignidade para a população e, no caso aqui indicado, para as gestantes e puérperas trabalhadoras informais.

A Prefeitura da Cidade do Recife realizou duas iniciativas para ofertar o Auxílio Municipal Emergencial para segmentos em situação de vulnerabilidade devido à pandemia de Covid19. A primeira delas foi para os setores ligados à cultura, que ficou conhecido como AME Carnaval. A segunda foi direcionada às 30 mil famílias cadastradas no CadÚnico. A nossa indicação aqui é que a Prefeitura do Recife coloque em suas prioridades as trabalhadoras gestantes e puérperas que estejam no trabalho informal e que, por isso, precisem sair cotidianamente para conseguir o sustento, ficando exposta à contaminação pelo novo coronavírus. Essa, inclusive, é uma recomendação feita pela Rede Feminista de Ginecologistas Obstetras no Chamado à ação contra a morte materna por Covid19 no Brasil, lançado em abril. Inserir esse grupo é uma forma de extrema importância da Prefeitura da Cidade do Recife proteger essas mulheres e também de prevenir em relação à contaminação pelo novo coronavírus e, assim, também enfrentar esse cenário de tantas mortes de gestantes e puérperas.

Defesa da Renda Básica Permanente

Reiteramos a urgência de medidas de transferência de renda para população em vulnerabilidade como forma de enfrentamento às desigualdades sociais, sobretudo, durante o período pandêmico que vivemos. Contudo, é importante destacar que essa renda não pode ser apenas EMERGENCIAL, mas sim com caráter PERMANENTE. Nossa bancada, a bancada do PSOL, defendeu nesta Casa e aprovou, em fevereiro deste ano, o Requerimento nº 364/2021, que indica ao Poder Executivo a criação do Programa Renda Básica Recife.

Apresentei, junto ao Vereador Ivan Moraes, propostas de otimização e relocação do orçamento público, incluindo publicidade e protegendo saúde e educação, para garantir o pagamento de parcelas de R\$ 350 para, aproximadamente, 30 mil famílias, inscritas no CadÚnico, com renda inferior a R\$145 mensais, com maior grau de vulnerabilidade social.


Não podemos esquecer que nossa cidade recebeu no ano de 2020 o título de Capital da Desigualdade, remetendo a problemas históricos, que foram evidenciados pela Pandemia causada pelo COVID 19. Sabemos que a pandemia do Coronavírus se apresenta para o mundo como uma das maiores crises sanitárias que já enfrentamos. Com ela, temos consequências sociais e econômicas graves que afetam diretamente, sobretudo, a população pobre, periférica e negra.

No Brasil, antes da pandemia, em 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 51,7% milhões de brasileiros (24% da população) estavam abaixo da linha da pobreza (com renda mensal de, no máximo, R\$ 436 por pessoa do domicílio). Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiares (POF), em 2020, 36,7% das famílias brasileiras apresentaram algum grau de Insegurança Alimentar (IA), o que corresponde a aproximadamente 25 milhões de domicílios e cerca de 85 milhões de habitantes. Isso implica diretamente em fome, expressão máxima de nossas desigualdades e que está voltando fortemente.

Foi nesse contexto que o Auxílio Emergencial cumpriu um papel de reduzir a pobreza e os impactos da pandemia. Em pesquisa feita pelo Datafolha (2021), foi apontado que 69% dos que receberam auxílio emergencial não encontraram outra fonte de renda para substituí-lo. São 14 milhões de desempregados no Brasil e que poderiam ter vivenciado uma situação ainda mais grave sem o auxílio.

É importante ressaltar também que são as mulheres as mais afetadas pelo desemprego na pandemia. De acordo com o balanço do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - 2020, dos 5.163 empregos formais perdidos no ano passado em Pernambuco, 5.137 (99.5%) foram de mulheres. São elas que sofrem o impacto de não ter com quem deixar os filhos e de não contar com políticas públicas efetivas em relação às desigualdades de gênero e de raça. Pensar em garantir o sustento das mulheres é também proteger a primeiríssima infância.





Texto 06

DITADURA NUNCA MAIS!

**“Para que não se esqueça,
para que nunca mais
aconteça”**

DISCURSO DE 30 DE MARÇO DE 2021.

Em minha fala hoje, venho lembrar que, amanhã, 31 de março, completam 57 anos do golpe militar no Brasil. Como filha por adoção de um ex-presos político que sempre me ensinou os valores da democracia e da justiça social, não poderia deixar passar essa data sem chamar atenção para toda a violência que o Brasil viveu durante mais de duas décadas. É preciso lembrar a ditadura e as pessoas que foram torturadas ou morreram em busca de liberdade “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Em 2016, tivemos que assistir em cadeia nacional ao então deputado Jair Messias Bolsonaro enaltecer Carlos Brilhante Ustra, que não foi só o pavor de Dilma Rousseff, mas também o do meu pai. Foi um dos responsáveis por tantas memórias traumáticas de terror. Naquele momento, durante a votação na Câmara dos Deputados do golpe jurídico, parlamentar e midiático contra a presidenta legitimamente eleita, em que um torturador foi homenageado no espaço máximo do Legislativo Brasileiro e não houve nenhuma punição, já era visível que as tendências autoritárias estavam naturalizadas no nosso país. Como Dilma Rousseff já disse, ao ridicularizar e colocar em dúvida os seus relatos sobre o que viveu durante o período em que esteve presa, Bolsonaro insulta não apenas a ela, “mas a milhares de vítimas da ditadura militar, torturadas e mortas, assim como aos seus parentes, muitos dos quais sequer tiveram o direito de enterrar seus entes queridos”. É preciso lembrar que a gente tem no poder um presidente que nega a história e que criticou diversas vezes as buscas pelos desaparecidos políticos da ditadura, chegando a dizer “Quem procura osso é cachorro”. Isso não é piada! É um escárnio e que precisa sempre ser denunciado.

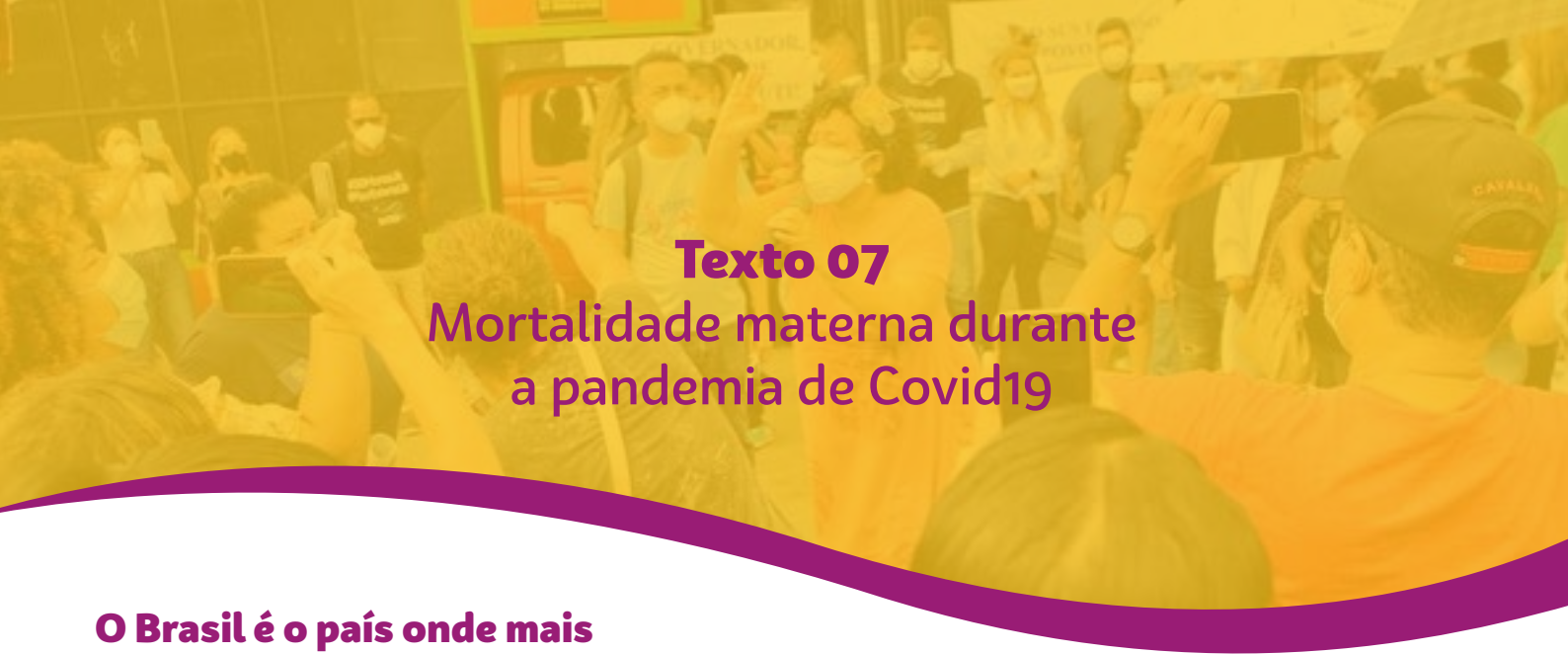
E, para minha surpresa, na semana passada, o Poder Judiciário, através do Tribunal Regional Federal da 5ª região (o TRF 5), que tem sede no nosso estado, decidiu que o Governo Federal pode comemorar o golpe de 1964. Isso mesmo! Comemorar algo que significou mortes, sequestros, estupros e torturas encomendadas pelo Estado. Um período sombrio em nossa história e, sobretudo, de violação dos direitos humanos. Não há o que se comemorar! Há o que se lembrar como uma forma desse passado servir de lição para o presente e o futuro. Inclusive, os crimes praticados durante a ditadura já haviam sido assumidos pelo Estado brasileiro após a conclusão do relatório da Comissão da Verdade, em 2014. É importante lembrar que o artigo 85 da Constituição Federal de 1988

diz que: “São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais”. Portanto, fazer apologia à intervenção militar ou apoiar manifestações que defendem o Ato Institucional Nº 5, o que aprofundou a repressão ditatorial, era para ser passível de punição se vivêssemos numa democracia plena. É inadmissível que um presidente apoie atos que peçam o fechamento do STF e do Congresso, como os que Bolsonaro já esteve presente.

A comemoração dessa data é não só um ataque aos valores democráticos, mas, principalmente, um incentivo a que grupos ameacem instituições, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. É dizer que está tudo bem o Estado cometer atrocidades contra a sua população. Isso é inaceitável! Na semana passada, o assessor internacional do presidente, Filipe Martins, em plena audiência no Senado, fez um gesto ligado ao movimento supremacista branco de extrema-direita. O mesmo gesto seria motivo de vergonha e duramente repudiado em países cujos governos têm o mínimo de responsabilidade histórica, como é o caso da Alemanha. Ontem, o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, foi demitido e há rumores de que está relacionado à negativa em apoiar o estado de sítio que suspende garantias individuais e dá plenos poderes ao presidente.

Precisamos estar atentas e fortes e não silenciar diante das medidas autoritárias que o governo Bolsonaro seguir adotando. Seguiremos lembrando as pessoas que deram as suas vidas para que possamos, hoje, falar em democracia no nosso país. Não nos calaremos e seguiremos defendendo as liberdades democráticas e denunciando o autoritarismo de Estado.





Texto 07

Mortalidade materna durante a pandemia de Covid19

O Brasil é o país onde mais morrem gestantes por Covid19

DISCURSO DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Bom dia a todas as vereadoras e todos os vereadores e para as pessoas que estiverem nos assistindo. A minha fala hoje é sobre um tema que tem nos chamado a atenção, que é o de mortalidade materna.

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz, o Brasil é o país onde mais morrem pessoas gestantes por Covid-19. As mortes de gestantes com Covid em nosso país representam o percentual chocante de 77% das mortes registradas no mundo. Essa pesquisa ainda mostrou que as grávidas pretas precisaram ser internadas em Unidades de Tratamento Intensivo 1,4 vezes a mais que as brancas, além de terem o dobro de chances de precisarem de ventilação mecânica, como também de morrer por conta do vírus do que as grávidas brancas. Esses dados, infelizmente, refletem as desigualdades e a violência obstétrica no Brasil, que atingem, sobretudo, as mulheres negras sob a ideia racista de que “sua raça é mais resistente à dor”. Além disso, já temos, hoje, uma imensa quantidade de órfãos pelo Covid19 no Brasil.

Em abril de 2020, as gestantes foram consideradas pelo Ministério da Saúde como grupo de risco em relação à pandemia, o que implica uma série de atenções e cuidados específicos. Trata-se de um grupo que não foi incluído no cronograma do Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, apesar de já existirem estudos, como o feito em Israel com a vacina Pfizer/BioNTech que apontam que, além de a vacina não representar riscos para as gestantes, existe a possibilidade de que as grávidas vacinadas desenvolvam proteção aos bebês.

Estão circulando dois abaixo-assinados na internet de autoria de Melania Amorim, ginecologista e obstetra, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Campina Grande, que é referência nacional na defesa da humanização do parto e que atua como consultora junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) na elaboração de guias de orientação sobre assistência ao parto normal. São eles: 1) Em defesa da inclusão das gestantes e puérperas na prioridade de vacinação e não apenas das que apresentam comorbidades e 2) Pedido às secretarias de saúde dos municípios e dos estados para distribuição de máscaras N95 para pessoas gestantes nas Unidades Básicas de Saúde.

Diante disso, eu questiono aqui: o que a Prefeitura da Cidade do Recife tem feito para proteger as pessoas gestantes e puérperas na pandemia do novo coronavírus? Quais são os números de mortalidade materna desde março do ano passado e qual é o recorte racial? O que tem sido feito para acompanhar as pessoas durante o período do puerpério? Que equipamentos de proteção individual têm sido entregues para as gestantes e puérperas? Para concluir a minha fala, quero registrar que protocolamos hoje um pedido de informação à Secretaria de Saúde do Recife sobre esse cenário e gostaria do apoio das vereadoras e vereadores desta Casa para a pauta, que é tão importante para equidade de gênero no Recife.



Texto 08

Comissão Mista Popular sobre a Lei Aldir Blanc

A cultura é um instrumento de resistência em meio a um contexto de ameaça ao estado democrático

DISCURSO DE 28 DE ABRIL DE 2021.

Boa noite a todas e todos aqui presentes e que estão nos assistindo. Defendemos, em nossa mandata, que a cultura é um instrumento de resistência em meio a um contexto de ameaça ao estado democrático. Nesse setor tão importante, estão trabalhadoras e trabalhadores que, diante do contexto de pandemia da Covid-19, foram fortemente afetados por conta das necessárias medidas de distanciamento social.

De acordo com a PNAD Contínua (2019), a ocupação no setor da cultura representava 5,8% do total de ocupados, ou seja, cerca de 5,5 milhões de pessoas. Destas ocupações, 45,2% são informais. Estar na informalidade revela, inclusive, a desproteção social e econômica em que estas trabalhadoras e trabalhadores se encontram e que se evidencia diante de um contexto de crise.

Presenciamos, em 2020, a longa luta desses profissionais para que a Lei Aldir Blanc fosse regulamentada. Esta foi aprovada em junho pelo Congresso Nacional e regulamentada pelo presidente apenas em agosto.

Foram liberados 3 bilhões de reais distribuídos entre estados e municípios para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural através de renda emergencial mensal às trabalhadoras e trabalhadores da cultura; subsídio mensal para a manutenção de espaços artísticos e culturais e editais e chamadas públicas para realização de atividades em meio digital.

Inicialmente, as beneficiárias e beneficiários dos recursos da lei deveriam prestar contas até 120 dias após o recebimento da última parcela. Após muita pressão do setor cultural, esse prazo foi prorrogado para o final de 2022, assim como a devolução dos recursos não utilizados, que ficaram para dezembro de 2021.

Porém, um ponto de destaque nesse debate é que, como todos sabemos, a pandemia não acabou. Pelo contrário, estamos num momento de alta dos casos e mortes por Covid-19, já batendo o quantitativo de 400 mil mortes e sem perspectivas de mudanças nesse cenário, já que o ritmo de vacinação continua lento. Dados das Secretarias estaduais de saúde apontam que apenas 6,9% da população brasileira receberam as duas doses da vacina.



Nesse contexto, as medidas de distanciamento social continuam sendo necessárias para a desaceleração do avanço da pandemia. Assim, espaços culturais continuam fechados e, com isso, essas trabalhadoras e trabalhadores permanecem em situação de vulnerabilidade econômica e social, pois seguem impedidos de exercer suas atividades.

Vale destacar que, dos 3 bilhões repassados para estados e municípios, 25% desse recurso não foi utilizado e terá que ser devolvido à União até dezembro de 2021. No estado de Pernambuco, de acordo com relatório do Ministério do Turismo/ Secretaria Especial da Cultura com a relação dos saldos dos estados nas contas da Lei Aldir Blanc, 36,4% (mais de 27 milhões) dos recursos não foram utilizados. No Recife, esse percentual de recursos não utilizados é de 76,1%.

Diante dessa sobra de recurso que é para ser gasto com trabalhadoras e trabalhadores da cultura acompanhado da continuidade da pandemia, é necessário e urgente que esses recursos possam ser utilizados para garantia da sobrevivência desses profissionais da cultura e que não seja devolvido ao Governo Federal.

Preocupados com tal cenário, criamos esta Comissão que surge como uma ação com o objetivo de enfrentar os danos e impactos provocados pela pandemia da Covid-19 em toda a cadeia da cultura. Nosso foco está não só na retomada das atividades de forma segura, mas na valorização, fortalecimento e garantia de direitos das trabalhadoras e trabalhadores da cultura. Assim, cinco mandatos se uniram na criação desta Comissão: pelo PSOL estão as Juntas Codeputadas, a vereadora Dani Portela e o Vereador Ivan Moraes e, pelo PT, temos a deputada Teresa Leitão e a vereadora Liana Cirne.

Nesse momento, nossa maior defesa é que o pagamento do auxílio emergencial a essas trabalhadoras e trabalhadores seja prorrogado pelo período que se estender a pandemia e que o prazo para utilização dos recursos repassados aos municípios e estados também seja prorrogado, já que há um saldo de mais de R\$ 700 milhões que deve ser destinado a esse grupo.

Nesse momento, temos o PL Nº 795/2021, que versa, exatamente, sobre essa prorrogação do prazo de utilização dos recursos por estados e municípios e que está aguardando sanção pelo Presidente da República. A proposta é que esse saldo seja utilizado até dezembro de 2021 e que os recursos que foram devolvidos aos fundos estaduais de cultura diante da não utilização em projetos culturais possam ser novamente repassados aos municípios.

Não podemos esperar e prolongar a situação de extrema dificuldade enfrentada pelo setor da cultura. Esse PL precisa ser sancionado com urgência. É importante lembrar que, infelizmente, não temos perspectivas de término da pandemia e que, no âmbito da retomada dos serviços, o cultural será um dos últimos a voltar às suas atividades. Assim, essas trabalhadoras e trabalhadores precisam de políticas públicas que ao menos minimizem esses impactos sociais e econômicos diante da impossibilidade de exercerem suas atividades.

Diante disso, atuaremos através dessa Comissão, como ponte entre as demandas da sociedade civil dentro desta pauta e da agenda da cultura, e o Poder Legislativo. Atuaremos em reuniões temáticas quinzenais, realizadas de abril a junho, onde serão feitas escutas, espaço tira-dúvidas e encaminhamentos institucionais formulados a partir dos debates, que abordarão temas diversos: Lei Federal Aldir Blanc, editais, auxílio emergencial específico, projetos alternativos, entre outras pautas que atingem o setor cultural. Vida longa a esta Comissão! Muito obrigada!



Texto 09

Dia do Trabalhador e da Trabalhadora no contexto de desemprego, fome e crise

O desemprego tem gênero e raça: 60% da população desempregada é formada por mulheres negras

DISCURSO DE 04 DE MAIO DE 2021.

Hoje, quero lembrar que sábado, 1º de Maio, foi o Dia Internacional da Trabalhadora e do Trabalhador. No Brasil, seria um real motivo de celebração se a gente não tivesse no poder do Governo Federal um político que é verdadeiro inimigo da classe trabalhadora e de uma série de maiorias silenciadas, como é o que caso de nós, mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e tantas outras identidades que estejam fora do padrão do que o bolsonarismo coloca na centralidade de sua política elitista.

É impossível olhar para o cenário de 14,4 milhões de pessoas desempregadas, segundo dados da PNAD Contínua, referente a dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, e dizer que nós, que fazemos parte da classe trabalhadora e que levamos esse país nas costas, temos o que comemorar. Vale ressaltar que esse quantitativo é recorde desta série do IBGE, iniciada em 2012 e que a taxa de desocupação, hoje, é de 14,4%, o que representa um aumento em relação ao mesmo período do ano passado. Isso mesmo! São 2 milhões de pessoas a mais desempregadas. Esses tristes dados são o reflexo de uma política que cada vez mais retira direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora. Quero destacar aqui também que o desemprego tem gênero e raça: 60% da população desempregada é formada por mulheres negras. Elas também são as que passam mais tempo buscando emprego: 24% de 3 a 6 meses, e 18% passaram até um ano, também segundo o IBGE. Outro dado preocupante é que elas são as piores remuneradas: enquanto uma negra ganha em média R\$ 10,95 por hora, uma branca recebe R\$ 18,15 e um homem branco R\$ 20,79, segundo levantamento de 2020 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese). Além disso, as mulheres negras ainda ocupam poucos cargos de liderança.

Esses dados apontam para um projeto de precarização do trabalho iniciado com a reforma trabalhista do Governo Temer que alterou diversos pontos na CLT. As mudanças provenientes da reforma foram o pontapé para o que vemos hoje, de jornadas cada vez mais intensas e sem garantias, perda dos postos e redução de renda dessas trabalhadoras e trabalhadores.

Não é por acaso que vivenciamos desde 2016 a redução do número de empregadas e empregados com carteira assinada. De acordo com o IBGE, naquele ano, tínhamos 34,3 milhões de pessoas com carteira assinada. Entre dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, caímos para 29,7 milhões. Não po-



demos esquecer também que Pernambuco perdeu, em 2020, mais de 5 mil empregos formais e é o quinto pior estado do Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Bahia, de acordo com dados do Novo Caged. Desses postos perdidos, como eu sempre trago aqui, 99,5% eram de mulheres. Ou seja, o desemprego em Pernambuco tem rosto de mulher, como bem pontuado em reportagem de fevereiro do Jornal do Commercio.

Um exemplo que representa muito bem essa triste realidade enfrentada pelas trabalhadoras e trabalhadores do Brasil é o grupo das trabalhadoras domésticas. Já falei aqui nessa casa de como essa categoria é atingida fortemente pelos efeitos da crise econômica e social impulsionada pela crise sanitária da pandemia do coronavírus. Essa categoria, como sabemos, que é majoritariamente feminina, teve uma drástica redução em seus postos, com uma redução de 21%, ou seja, só as trabalhadoras domésticas, perderam no período citado, 1,3 milhões de empregos.

A realidade do desemprego traz consigo outro triste cenário: o da fome. Segundo o IBGE, a fome no Brasil aumentou 43,7% em cinco anos, entre 2013 e 2018. A situação é mais grave nas regiões Norte e Nordeste, com quase 85 milhões morando em domicílios com alguma restrição à comida. São também as regiões com maior probabilidade de terem suas economias prejudicadas com o fim do auxílio emergencial. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2,9 milhões de domicílios (4,3% do total) sobreviveram, em novembro, apenas com o valor do benefício. Não dá para achar que o auxílio emergencial é caridade, é fruto da boa vontade pública. É o mínimo de justiça social frente ao cenário da pandemia. Mas, além do auxílio emergencial, a gente defende uma renda básica permanente como forma de garantia da dignidade da população em situação de extrema vulnerabilidade.

Não é possível que a gente assista a isso e ache que é normal metade da população não ter nem direito a se alimentar enquanto 65 brasileiros estão no ranking de Bilionários do Mundo, elaborado anualmente pela revista norte-americana Forbes. Do total, há dez empresários que atuam na área da saúde e que expandiram sua fortuna em 134%. É isso mesmo! Enquanto perdemos milhares de vidas, milhões estão desempregadas, sem dinheiro para comida ou moradia, há um aumento na fortuna de bilionários em nosso país. Estamos perdendo vidas não só pelo vírus, mas pela fome. Não dá para ignorar o que aconteceu na Bahia, em que Bruno Barros Silva, de 29 anos, e Ian Barros Silva, de 19 anos, detidos ao furtar carne em supermercado, entregues à morte por traficantes da área. Se a questão era cobrar justiça, por que não chamaram a polícia?

Negros, pobres, seus corpos foram encontrados com marcas de torturas e de tiros. Furtaram por estarem com fome e morreram de barriga vazia num país em que o quilo da carne vale mais do que a vida de dois seres humanos. Como disse a filósofa e feminista, Djamilia Ribeiro ao comentar o caso: “Não há delito que justifique a desumanidade”. Se fossem jovens brancos, seriam tratados do mesmo jeito? Infelizmente, a música lançada por Elza Soares em 2002 segue cada vez mais atual, com os dizeres dolorosos de que “A carne mais barata do mercado é a carne negra”. É genocídio pelo vírus e é genocídio pela fome, que tem cor e é negra.

Falo do país que é governado por um homem que acha que R\$ 600 de auxílio emergencial é muito, que debocha da pandemia, cujo ministro da economia quer negociar os nossos direitos e privatizar as estatais com a desculpa de que não tem dinheiro. O ministro que diz que FIES bancou universidade até para filho de pedreiro, que tem um verdadeiro ódio a pobre. E, nós respondemos que filhos de pedreiros, de trabalhadoras domésticas e de tantas profissões dignas, que carregam esse país na costa e que a elite insiste em colocar como subalternas chegaram às universidades públicas e privadas graças a políticas sociais na área de educação, elaboradas para reverter um quadro secular de exclusão e desigualdade, que reservava as instituições de ensino superior à elite branca. Seguindo o legado de Paulo Freire, que, se estivesse vivo, completaria 100 anos, digo aqui com toda admiração de que “educação não transforma o mundo. Educação transforma as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Por fim, quero saudar iniciativas de solidariedade por todo o país, organizadas por movimentos sociais e centrais sindicais, que demonstram que o 1º de Maio “mantém seu caráter de luta para a classe trabalhadora” e que marcaram posição política de reivindicação de vacinas para toda a população e comida na mesa, além de enfrentar a fome, o desemprego e o governo do genocida Jair Messias Bolsonaro. Em especial, quero saudar as companheiras e os companheiros que construíram o ato simbólico na Ponte Maurício de Nassau neste sábado. A intervenção “Vacina no braço, comida no prato” foi organizada pela Campanha Mãos Solidárias e contou com 20 toneladas de frutas, verduras e raízes produzidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil (MST) e doados a 30 instituições localizadas na Região Metropolitana do Recife. O ato pede melhores condições de trabalho e ações contra o desemprego, a fome e a pobreza. Coloca como central a solidariedade e a justiça social como princípios fundamentais para fazer o enfrentamento a esse sistema capitalista, racista e patriarcal que massacra nossa vida das mais diversas formas. E que possamos olhar para o trabalho no Brasil como sinônimo de dignidade e não como exploração.



Texto 10

Em defesa da aprovação da Comissão da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo

O problema do racismo é um problema de todos e não só da população negra

DISCURSO DE 17 DE MAIO DE 2021.

Quem me acompanha sabe que a pauta do enfrentamento ao racismo é basilar na minha história e na minha atuação política. Assumi com a população de Recife o compromisso de trabalhar em prol da equidade étnico-racial por acreditar, inclusive, que a persistência do racismo impede que tenhamos uma real democracia.

Trouxe no mês de fevereiro para a Casa de José Mariano o Projeto de Resolução para a criação da “Comissão de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo”. Esse representa um passo essencial para que esta Casa assumira e firme cada vez mais seu compromisso na promoção da equidade étnico-racial e enfrentamento ao racismo.

Hoje, nós, desta Casa, temos a oportunidade de aprovar uma Comissão tão esperada por boa parte da população recifense que acredita que, através de políticas e ações antirracistas, teremos uma cidade melhor. Tanto é que ao consultarmos organizações, grupos e coletivos que compõem o Movimento Negro da Cidade do Recife e do Brasil a respeito da importância e necessidade da criação dessa Comissão e, em menos de 15 dias, já tínhamos conseguido o apoio através de mais de 100 assinaturas. Entre essas organizações que assinaram nosso manifesto em apoio à Criação dessa Comissão, destaco a Coalizão Negra por Direitos, a Uneafro Brasil, o Movimento Negro Unificado, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e o Instituto Marielle Franco.

Como costumamos dizer: o problema do racismo é um problema de todos e não apenas da população negra. Assim, várias organizações que atuam em outras áreas também assinaram nosso manifesto em apoio à criação dessa Comissão, entre elas: o Fórum de mulheres de Pernambuco, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Comissão Especial de Segurança Pública OAB/PE, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares-Gajop, entre outros.

Juntaram-se a nós mandatas e mandatos de todo o país, como as das deputadas federais, Área Carolina e Talíria Petrone, as deputadas estaduais Andréia de Jesus (MG), Renata Souza (RJ), Juntas Codeputadas (PE), Mandata Quilombo Mônica Francisco (RJ) e o deputado Goura (PR). Além das vereadoras Thais Ferreira (Rio de Janeiro), a Mandata Coletiva Bem Viver (Florianópolis), Flávia Hellen (Paulista) e o vereador Ivan Moraes, meu colega de bancada aqui em Recife.



Esse apoio que veio de tantas frentes distintas se dá pelo reconhecimento da necessidade mais que urgente de nós, que compomos o Legislativo desta cidade, tratarmos a problemática do racismo de forma mais incisiva. Infelizmente, não há como trabalharmos com o elemento racial como se ele fosse apenas um “recorte”, pois vivemos em um país onde o racismo é estrutural e acaba por definir toda a nossa estrutura e relações sociais.

Tratar o elemento racial como um recorte ou como uma exceção, representa não darmos devida atenção ao fato de que, embora sejamos maioria, o Brasil é, historicamente, marcado pelo racismo. Quando dizemos que o racismo é estrutural e estruturante significa dizer que há em nosso país um grande abismo no que tange a oportunidades, acessos a espaços de poder, garantia de direitos entre pessoas brancas e não-brancas.

Ao analisarmos dados que apontam para condições de vulnerabilidade social, estes apontam como socialmente foi “reservada” à população negra a composição da base da pirâmide social. Assim, quando olhamos por exemplo, para o desemprego no Brasil, este é maior cerca de 70% entre negros do que entre brancos. A taxa de desemprego de pretos é de 17,2%, de pardos, 15,8%, e de brancos, 11,5% (IBGE/PNAD Contínua, 2020).

Eu já falei aqui em outros momentos que a cidade do Recife, que é fortemente marcada por desigualdades sociais, ocupa a triste posição de capital mais desigual do país, segundo dados do IBGE divulgados em novembro do ano passado. Isso significa que, em nossa cidade, temos uma alta concentração de renda nas mãos de poucas pessoas. Assim, acredito que é impossível olharmos para esse dado e não o remeter diretamente à desigualdade racial existente em nosso município.

Como exemplo dessa desigualdade, observemos a composição racial dos dois bairros que, segundo o Censo de 2010, apresentaram os menores valores para o rendimento médio mensal dos domicílios na cidade do Recife: Bairro do Recife (RPA 1) - média de R\$ 567 por domicílio, é composto por 65,11% de pessoas negras; Ilha Joana Bezerra (RPA 1) - média de R\$ 705,83, sua população é composta por 74,39% de pessoas negras.

Por outro lado, os bairros que apresentam os maiores rendimentos possuem uma composição racial oposta: Bairro da Jaqueira (RPA 3), que apresenta média de rendimento domiciliar de R\$ 11.339,79, é composto por 68,82 % de pessoas brancas; Casa Forte (RPA 3), com média de R\$ 11.318,97, é formado 77,41% por pessoas brancas. Embora os dados sejam antigos, eles são bastante representativos de como a geografia da nossa cidade apresenta as desigualdades raciais existentes nela.

Quando proponho olharmos para a composição desses bairros a partir do elemento racial, temos imediatamente a reflexão de que a população negra é a mais pobre, como já citado, com maior índice de desemprego e está mais vulnerável à mortalidade por causas externas, principalmente, homicídios.

No campo da saúde, essas desigualdades já aconteciam mesmo antes da pandemia do Covid-19, pois de acordo com o Boletim Epidemiológico 48 - nº4/2017 do Ministério da saúde, a população negra, ao apresentar situações de vulnerabilidades, tem maior propensão à doenças crônicas e infecciosas. Entre as mais comuns, estão a anemia falciforme, a diabetes mellitus (tipo II), a hipertensão arterial e a deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase. A diabetes do tipo II acomete 9% a mais os homens negros se comparado aos homens brancos e 50% a mais as mulheres negras se comparadas às mulheres brancas.

Ainda nessa área, é urgente olharmos para os dados de mortalidade materna. Em estudo divulgado no ano passado, das 144 mortes maternas ocorridas no Recife entre 2006 e 2017, 68,4% eram negras, muitas sem emprego formal, sem companheiro e com início tardio do acompanhamento pré-natal. São mortes que seriam evitáveis se houvesse um olhar do poder público para como o racismo estrutural se reflete em diversos problemas, desde a falta de acesso ao pré-natal, à falta de insumos, de profissionais, de medicamentos, à própria violência obstétrica, que atinge, sobretudo, as negras, vítimas de uma falsa ideia de que são as mais resistentes à dor.

Quando falamos em morte de pessoas negras, esses dados também são alarmantes, pois segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2018, no estado de Pernambuco, foram assassinadas 555 pessoas não negras, já o número de pessoas negras foi de 3.578. Em relação às mulheres assassinadas essas mortes também têm cor, já que 80,4% delas eram negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020).

A importância dessa Comissão está relacionada inclusive com a nossa compreensão de que o racismo atinge outras populações cuja defesa também deve ser nosso compromisso: estou falando da população indígena, quilombola e cigana. Estas populações são racializadas na nossa sociedade e sofrem com este processo, exclusões e ataques a seus saberes tradicionais, históricos e culturais.

O tema do racismo, seus efeitos e as estratégias para o seu enfrentamento têm sido centrais nos debates públicos ao redor do mundo. Assim, vereadoras e vereadores da Câmara Municipal do Recife têm papel fundamental para promover no Recife, mecanismos de enfrentamento a esse racismo estrutural que assola nossa cidade.

Com isso, a aprovação da Comissão da Igualdade racial representa uma ação importantíssima para a luta antirracista. Esta Comissão será fundamental, inclusive, no debate sobre a urgência de um Estatuto de Igualdade Racial para a cidade do Recife, que visa combater as desigualdades raciais. Com essa aprovação, estaremos dando um importante passo na busca pela equidade étnico-racial e em consonância com as reivindicações dos movimentos sociais negros, visando a mudanças na vida da população negra.





Texto 11

Em defesa das servidoras e dos servidores: não à Reforma da Previdência proposta pela Prefeitura do Recife

Esta não é a Casa do Povo? Cadê a escuta da população?

DISCURSO DE 21 DE JUNHO DE 2021.

Hoje, essa casa tem a tarefa de votar 5 Projetos de Lei propostos pelo Poder Executivo Municipal que promovem a reforma não apenas da previdência, mas também administrativa de milhares de servidoras e servidores da cidade do Recife. Dou o relato de uma mandata que tem como um dos princípios norteadores a defesa dos direitos da população que está mais em situação de vulnerabilidade, a população negra, as mulheres, bem como da classe trabalhadora. Desde que esses projetos chegaram aqui nesta Casa, estamos num trabalho constante de diálogo com as categorias e com os vereadores que compõem os sindicatos. Como parte dessa atuação, realizamos na sexta-feira passada uma reunião pública para debater os impactos dessa reforma na vida das mulheres servidoras. Com a presença da vereadora Liana Cirne, dos Ivan Moraes, Osmar Ricardo, Jairo Britto, de especialistas na área e de representantes das entidades sindicais, percebemos como essa reforma é infame, vergonhosa e como é uma estratégia de, se aproveitando do regime de urgência, João Campos passar a boiada no serviço público municipal, exatamente, no mesmo método que Jair Bolsonaro faz cotidianamente na esfera federal. Cabe lembrar que, quando era deputado, João Campos disse que, se tivesse 10 votos, votaria 10 vezes contra o projeto. Agora, quer dizer que essa reforma absurda é “menos pior do que a federal”, abstendo-se não só do debate, mas também de dizer a verdade, de que nem tudo o que está sendo proposto é obrigatório.

E, como foi falado aqui, na semana passada, sobre o município de Belém, destaco que, em conversa com Edmilson Rodrigues, prefeito pelo Psol, soube que, além de ter retirado o projeto de pauta para se debater com a categoria trabalhista, estão estudando medidas como compensar o desconto da alíquota através do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores. Além disso, não mexeu na idade de aposentadoria e ressaltou que isso não é obrigatório. Em Niterói, os próprios vereadores retiraram o projeto de pauta, justamente, por defenderem o diálogo com as categorias e o próprio debate sobre reajustes. Questiono aqui: Prefeito João Campos, vereadoras e vereadores desta Casa que vão votar a favor desta vergonha, por que evitam tanto o diálogo e a participação social? Não causa vergonha a vocês que trabalhadoras e trabalhadores estejam acampados no estacionamento desta Casa reivindicando o básico numa sociedade democrática, que é dialogar sobre projetos que vão impactar não só as suas vidas, como a da população recifense que está em maior situação de vulnerabilidade e que mais precisa do serviço público? Esta não é a Casa do Povo? Cadê a escuta da população? Trago algumas das questões que foram colocadas na reunião pública: Qual é o interes-



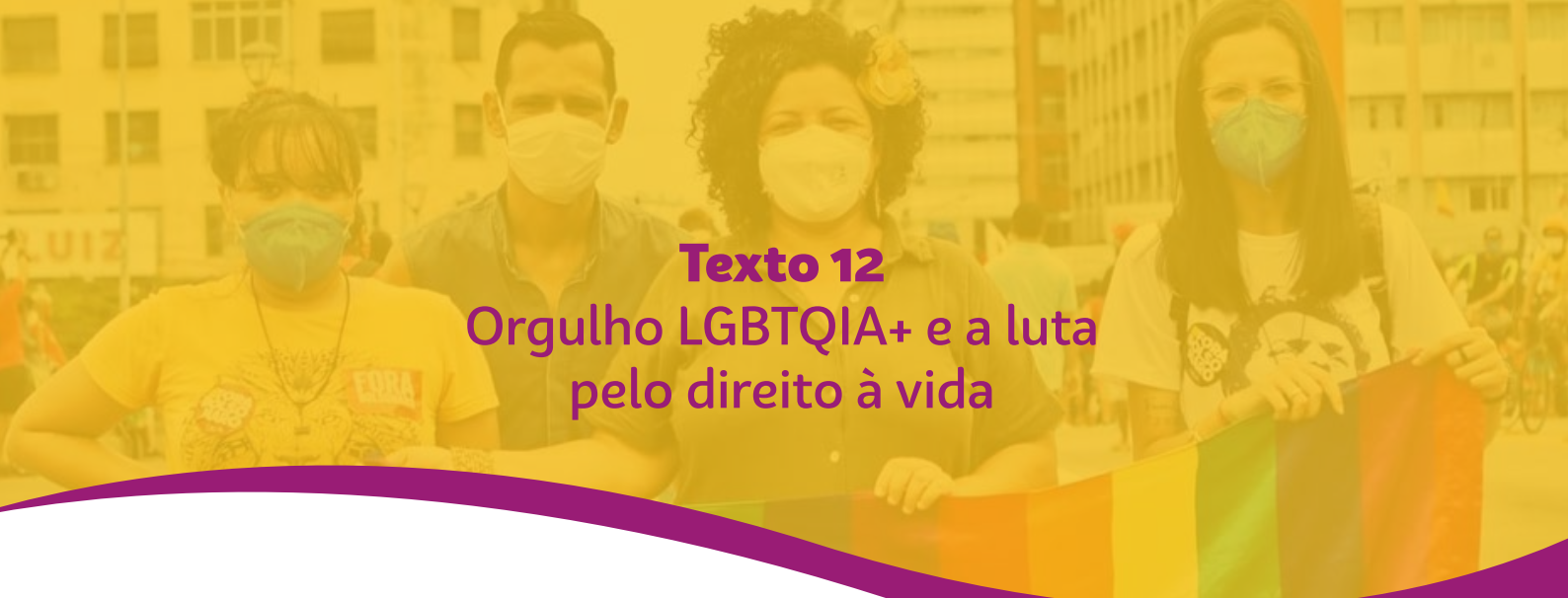
se por trás em fragilizar e reduzir os direitos dessa maneira da previdência pública? João Campos ou qualquer vereadora ou vereador aqui sabe as condições de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde ou em turmas de educação infantil? Ousaria passar um dia nesses espaços e ganhar o que a prefeitura paga, além de ter seus direitos negociados sob a alegação de que o município está deficitário? Cadê esse déficit que tanto falam? Por que nem o Conselho do RecifePrev foi consultado para essa reforma?

Externo aqui todo o meu apoio a essas servidoras e servidores que estão hoje representados por esse grupo que se encontra na frente da nossa Casa e em vários pontos da cidade exigindo que suas vidas não sejam decididas sem que suas pautas sejam acolhidas e direitos preservados pela prefeitura.

Nós sabemos que, historicamente, as mulheres enfrentam duplas e, muitas vezes, triplas jornadas de trabalho por, culturalmente, estarem responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados das outras pessoas da família. Assim, o menor tempo de contribuição dessas trabalhadoras nunca foi nem será um privilégio, mas sim uma estratégia de reparação legal dessas desigualdades enfrentadas por essas mulheres.

Nos surpreende como uma gestão que se orgulha tanto da paridade de gênero em suas secretarias ignora completamente essas desigualdades de gênero e aumenta em seis anos a idade mínima para que essas mulheres possam se aposentar. É inadmissível essa Casa votar a favor da retirada de direitos de trabalhadoras. Não esqueçamos, por exemplo, que a grande maioria dos profissionais de enfermagem é composta por mulheres. É justo que as profissionais de educação que trabalham em condições precárias, que professoras que não têm garantido o seu reajuste do piso salarial sejam mais uma vez penalizadas? Nós nos aposentamos antes porque trabalhamos infinitamente mais com trabalhos que, geralmente, não são remunerados, mas que são essenciais para a garantia de que todos os outros trabalhos sejam desenvolvidos. Estou falando principalmente do trabalho doméstico.

Defendemos que a gestão olhe para a previdência não apenas vendo recursos que vão para o mercado financeiro ou como uma possibilidade de privilegiar a previdência privada através dos bancos, mas como uma política de garantia de proteção social, de qualidade de vida para essas trabalhadoras, trabalhadoras que servem ao município e garantem que os serviços sejam executados, dessa forma essas profissionais merecem respeito e que seus direitos não sejam descartáveis.



Texto 12

Orgulho LGBTQIA+ e a luta pelo direito à vida

Enquanto discutimos nomenclatura ou descaracterização da cidade, a população LGBTQIA+ segue com medo ou morrendo

DISCURSO DE 28 DE JUNHO DE 2021.

Bom dia a todas as vereadores, a todos os vereadores, às pessoas que estão nos assistindo e à imprensa que sempre tem nos acompanhado. Hoje, 28 de junho, é celebrada a data do Orgulho LGBTQIA+. Essas letras, que já foram aqui definidas em momentos anteriores como “esse alfabeto” ou como “letras que mudam o tempo todo”, dizem respeito a muitas VIDAS, a histórias de resistência cotidiana de pessoas que, simplesmente, querem e têm o direito de viver do jeito que são e serem enxergadas e respeitadas por isso. É uma data para trazer à tona o debate sobre a necessidade de se enfrentar a lesbofobia, a homofobia, a transfobia, dentre outras opressões que essa comunidade sofre. Eu estava planejando um discurso que enaltescesse essa população, sempre referida de formas preconceituosas, pejorativas. Seria um discurso que fizesse jus ao termo “orgulho”. Mas, mais uma vez, a realidade é de dor, de sangue derramado, de vidas violadas, um contexto que o Brasil segue reproduzindo. Nada de novo no país que mais mata transexuais e travestis no mundo.

Em menos de uma semana, uma mulher transexual foi morta asfixiada pelo companheiro no bairro do Ipsep e outra foi queimada viva por um adolescente no Cais de Santa Rita na última quarta-feira. Essas mulheres têm nome, história, família, não estamos falando meramente de números. Na semana passada foram Kalyndra Selva Guedes Nogueira da Hora que tinha apenas 26 anos e Roberta Silva, mulher negra, em situação de rua, que tem 33 anos e teve 40% do seu corpo queimado, está entubada numa situação muito grave, com queimaduras de terceiro grau da cintura para cima e, por conta disso, já precisou amputar um braço. E, semana que vem, quem será? Até quando as vidas das mulheres trans serão descartadas assim? Em sete dias, temos como saldo um assassinato e uma tentativa de assassinato de mulheres transexuais com requintes de crueldade. Coincidência? Casos isolados? Dificilmente! Essas mortes fazem parte de um contexto de uma sociedade LGBTQIAfóbica, que tem verdadeira aversão ao que foge da norma cisgênera e heterossexual e para justificar esses ataques. Essa mesma sociedade vai utilizar dos mais diversos argumentos e estratégias para que essa população permaneça sendo violentada e morta. E, quando pensamos no racismo, a situação da comunidade LGBTQIA+ negra é ainda pior. Cabe destacar que, em 2020, todas as 175 mortes de transexuais e travestis no Brasil foram de mulheres e 78% delas eram negras. Isso é fruto de uma sociedade misógina e racista.

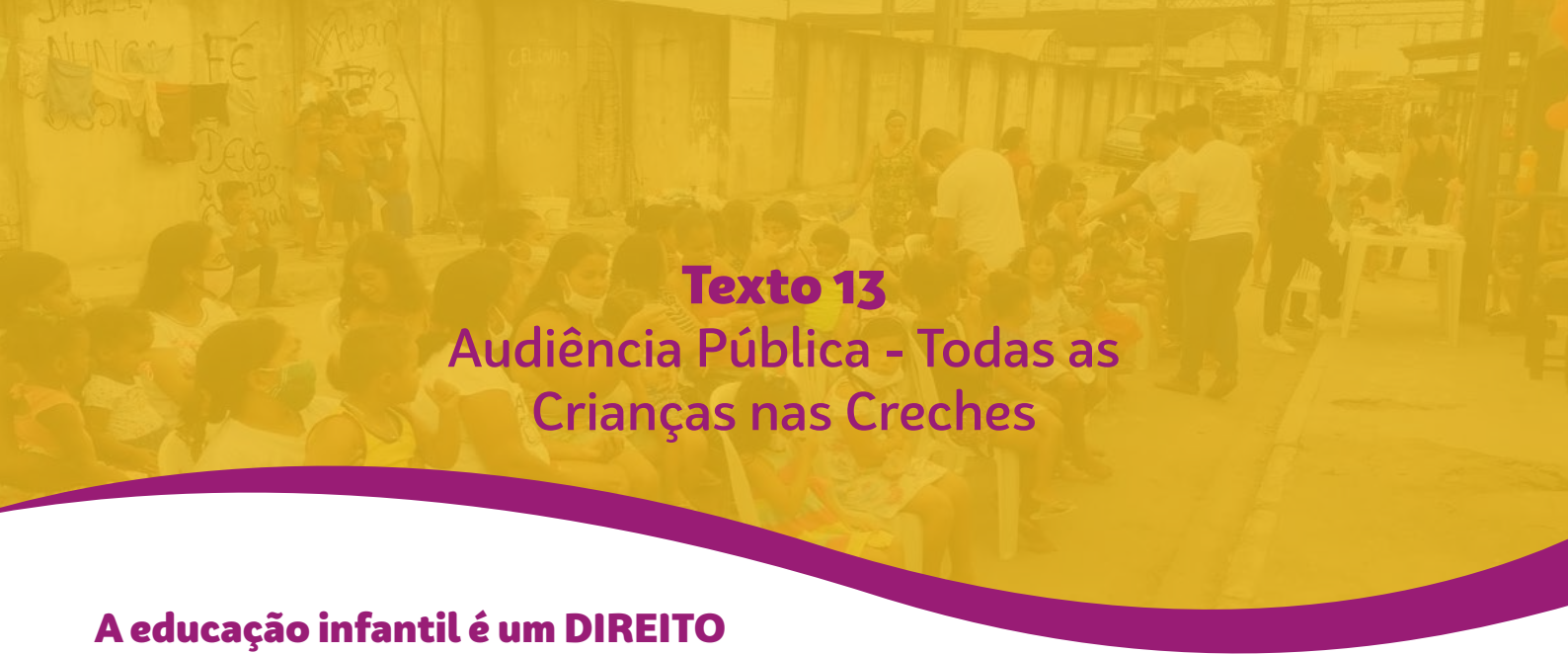


Eu quero ressaltar que Roberta foi, ainda, vítima de outra forma de violência: a institucional. No Hospital da Restauração, foi internada na ala masculina e era referida pelos policiais pelo nome de registro. Esses profissionais não cumpriram sequer o Decreto Municipal Nº 30.306/2017, que fala da obrigatoriedade de se aceitar o nome social de transexuais e travestis nas instituições públicas. Não é coincidência que as pessoas que têm o seu nome social constantemente desrespeitado sejam as transexuais e travestis! Não podemos admitir!

Também quero dizer que é fundamental o prefeito João Campos se posicionar sobre o caso, mas é sempre bom lembrar que o enfrentamento à LGBTQIA+fobia se faz com políticas públicas e todos os dias e que não se resume à esfera de segurança, mas a outras em que essa população é constantemente colocada à margem, como as políticas de emprego e educação. Muitas travestis e transexuais são expulsas de casa e, sem ter sustento, são obrigadas a se prostituir. Não é uma escolha numa sociedade que acha que tem horror à transexualidade e que contribui para a situação de vulnerabilidade e violência em que se encontram. Roberta foi queimada por um adolescente. Não adianta puni-lo se a gente tem uma geração que não tem acesso à educação para a diversidade, que não discute direitos humanos, que não discute nem é ensinada a conviver e respeitar as diferenças.

O que temos feito nesta Casa em defesa dessa população? Não tenho como não citar as três emendas que fiz à Lei de Diretrizes Orçamentárias que passaram pelo parecer do relator foram rejeitadas em plenário sob a justificativa de que não se sabia o que era LBTs, cis ou trans. Se o problema era apenas a nomenclatura, o que temos feito para defender na nossa atuação parlamentar ou em cobrar do Poder Executivo o conteúdo das emendas, que falavam em inserção no mercado de trabalho, prevenção e combate a qualquer forma de violência e ampliação de programas de fortalecimento sociopolítico e econômicos?

Por fim, não posso deixar de lembrar que também nessa Casa, chamada de Casa do Povo, que a vereadora Cida Pedrosa teve negado o requerimento pedindo que as faixas de pedestres da Rua das Ninfas e do Marco Zero fossem pintadas nas cores do arco-íris; em conjunto com ela, a vereadora Liana Cirne e o vereador Ivan Moraes, protocolamos no dia 09 de junho um requerimento solicitando que seja fixada na data de hoje, na fachada da Câmara Municipal do Recife, bandeira ou faixa em homenagem à parada LGBTQIA+, que sequer foi incluído na ordem do dia e nem contou com as 13 assinaturas necessárias para ser lido nós conseguimos. Concluo dizendo que, enquanto discutimos nomenclatura ou descaracterização da cidade, a população LGBTQIA+ segue com medo ou morrendo e que podemos silenciar diante de tamanha violência e sermos coniventes ou fazer algo em prol de uma cidade sem violência.



Texto 13

Audiência Pública - Todas as Crianças nas Creches

A educação infantil é um DIREITO fundamental garantido pela Constituição de 1988

DISCURSO DE 04 DE AGOSTO DE 2021.

Boa tarde a todas as pessoas presentes nessa audiência pública e a todas que nos assistem. O tema desta audiência de hoje é, não por acaso, recorrente nos diálogos estabelecidos por nós com diferentes sujeitos, sejam eles, educadores e educadoras, mães, pais e responsáveis, líderes comunitários, movimento de mulheres, por exemplo. Estamos falando do acesso à creche na cidade do Recife.

Início minha fala lembrando que a educação infantil é um DIREITO fundamental garantido pela Constituição de 1988. Direito que deve ser assegurado às crianças através de vagas suficientes em creches custeadas pelo poder público.

Assim, recorro ao artigo 208, inciso IV da Constituição Federal, que diz que é dever do Estado garantir a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. Além disso, a Constituição ainda afirma, em seu artigo 211, que para garantir esse direito, os estados, o DF, os municípios e a União devem se organizar em regime de colaboração. Onde, de acordo com parágrafo 2 deste artigo, “Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”.

Porém, não é isso que vemos na cidade do Recife. Como falei, essa audiência é fruto de muito diálogo com pessoas que, em seus territórios, enfrentam todos os anos a dificuldade de encontrar vagas nas creches de nossa cidade. Ou seja, estamos falando de um município onde suas crianças sofrem com uma grave violação do direito de acesso à educação pública de qualidade.

Estão presentes nessa audiência coletivos e sujeitos importantíssimos na luta por creche PÚBLICA em nossa cidade. Pessoas que vêm lutando pela garantia de um direito que consta inclusive na Lei Municipal N° 18.769/2020 que institui o Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife, que, em seu artigo 4, coloca como um eixo estratégico a ampliação das vagas na educação infantil, garantindo o direito à permanência dessas crianças.

Cito nessa minha fala algumas comunidades com quem temos dialogado e que têm em comum a luta e defesa por uma creche pública, de qualidade e acessível. É o exemplo da Rua do Córrego do Deodato, em Água Fria, que vem ao longo de vários anos pautando a necessidade de uma creche na localidade. A comunidade, ainda na gestão do ex-prefeito João Paulo, votou, através do Orçamento



Participativo, pela construção de uma creche na localidade. O prédio foi desapropriado pela gestão municipal através do Decreto Municipal Nº 23.113 de 17 de outubro de 2007, porém já se passaram quase 14 anos e a comunidade ainda aguarda por essa creche. Situação semelhante ocorre na comunidade da Ilha de Deus, que também já tem um prédio para instalação da creche, mas continua sem ter um retorno efetivo da Prefeitura.

Mas, essa realidade, como já disse, não é apenas dessa comunidade, nos somamos à luta, por exemplo, do Alto José do Pinho, que defende a construção de uma creche que seja pública, gratuita e de qualidade, que atue no desenvolvimento intelectual, social, físico e psicológico das crianças.

É fato que toda criança tem direito à creche, além de ser cuidada e educada. Mas, hoje, 57% das crianças de 0 a 3 anos não têm acesso à creche no Recife, capital com um dos maiores índices de necessidade de creche do país. O Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife (Simpere) e a Associação dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil da Prefeitura da Cidade do Recife (Assadir), por exemplo, vêm ao longo dos anos, relatando como a insuficiência de creches afeta o sistema de educação do Recife.

Esse cenário afeta não só a vida das crianças, mas de famílias e, principalmente, de mulheres, muitas trabalhadoras informais e mães solo, que têm que sair diariamente para garantir o seu sustento e, para isso, precisam ter acesso a um serviço público que garanta não apenas o cuidado e segurança, mas o desenvolvimento dessas crianças. É o exemplo das mulheres, muitas delas mães, que integram o Coletivo Cabras da Comunidade do Bode, no Pina. Elas reivindicam a construção de uma creche na comunidade, pois é recorrente o fato dessas mulheres não terem acesso a esse serviço público que deveria ser garantido pela Prefeitura. Tal realidade impacta negativamente não apenas nas crianças, mas interfere diretamente em suas atividades de trabalho e estudo e acesso a oportunidades diversas.

Assim, a defesa da creche, além de ser um direito das crianças, é reconhecida como uma forma de fazer justiça social com as mulheres e diminuir as desigualdades que a sociedade machista, racista e capitalista estrutura e que fazem que, principalmente, mulheres negras e pobres não possam vislumbrar outras possibilidades de vida fora do ambiente doméstico.

Por fim, gostaria de destacar dois pontos sobre as promessas da gestão municipal sobre a pauta da creche: 1º) a entrevista dada ao Jornal Folha de Pernambuco, publicada no dia 13 de abril de 2021, em que o Secretário de Educação Fred Amâncio, afirmou que a proposta da gestão é duplicar as vagas em creches que hoje chega a cerca de 6.500 vagas. Assim, o secretário afirmou que, entre 2021 e 2024, a proposta é ultrapassar a oferta de 14 mil vagas nas creches. 2º): gostaria de lembrar que no dia 29 de junho, o prefeito João Campos assinou o termo de Adesão ao Programa “Amigo da Criança”, da Fundação Abrinq, colocando Recife no rol das cidades que se comprometem em desenvolver políticas públicas e ações voltadas para a defesa dos direitos das crianças. Além disso, em matéria publicada no Diário Oficial, também foi destacado o plano da gestão em duplicar as vagas de creche. Assim: lanço a pergunta: Os territórios aqui citados, onde alguns, inclusive, já têm estrutura física para tal, serão contemplados nessa ampliação?

Por fim, quero agradecer às representações das comunidades aqui presentes, Alto José do Pinho, Córrego do Deodato, Ilha de Deus e Comunidade do Bode, bem como a presença de todas e todos aqui e as pessoas que estão nos acompanhando no chat.

Texto 14

Audiência Pública - Cotas raciais nos concursos públicos e seleções simplificadas para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no município do Recife

A importância das cotas raciais é uma pauta histórica dos movimentos negros no Brasil

DISCURSO DE 12 DE AGOSTO DE 2021.

Bom dia a todas as pessoas presentes nesta Audiência Pública e a todas que nos assistem. O tema desta audiência de hoje é sobre a necessidade mais que urgente da gestão municipal de aprovar uma Lei de Cotas Raciais para concursos e seleções para cargos na estrutura da Administração Pública do município do Recife.

A importância das cotas raciais é uma pauta histórica dos movimentos negros no Brasil, pois ela representa uma das mais importantes políticas de ações afirmativas que atuam no enfrentamento às desigualdades raciais. O debate sobre a importância dessas políticas se intensificou em 2010 com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que traz no inciso VI do seu primeiro artigo que ações afirmativas são “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades”.

Assim, garantida pelos dispositivos legais brasileiros, as cotas raciais são ações que visam essa superação de desigualdades em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Elas têm amparo no art. 3º da Constituição Federal, que define o enfrentamento ao racismo e à discriminação racial e também no princípio constitucional da igualdade, já que a reserva de vagas vai incidir diretamente na participação reduzida de negros, negras e indígenas no serviço público municipal, estadual ou federal.

Já disse em outros momentos que, infelizmente, moramos na capital mais desigual do país e sabemos que as desigualdades sociais atingem as pessoas negras e indígenas com um maior peso. Assim, quando olhamos para a população negra do Recife, que, hoje, representa cerca de 64% da população recifense (PNAD, 2018), vemos que é essa população a mais vulnerabilizada em nossa cidade.

Ou seja, é o povo negro que acaba por ocupar os postos de trabalho de maior precariedade, o trabalho informal e o desemprego. Isso revela que a desigualdade em nossa cidade, infelizmente, tem cor. É nesse sentido que as cotas raciais são uma possibilidade de atuar diretamente na mudança desse quadro.

Contrário do que alguns pensam, não estamos falando aqui em privilégios, mas sim em DIREITOS de uma população que, por anos, vem sendo excluída de ocupar diversos espaços que a possibilitem



uma melhoria na sua qualidade de vida. Quando questionamos à Prefeitura da Cidade do Recife e ao prefeito João Campos sobre a necessidade da política de cotas raciais nas seleções e concursos do município, estamos dizendo que o município precisa se comprometer efetivamente com a redução das desigualdades raciais e sociais aqui existentes.

Na própria Lei Orgânica do Município, foi acrescentada em 2007 a emenda de número 21 que diz: “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas da raça negra e definirá os critérios de garantia de sua fruição”. Dito isso, nossa mandata protocolou o Projeto de Lei N° 56/2021 que regulamenta o inciso XXI, do artigo 63 da Lei Orgânica do Município do Recife para reservar à população da raça negra 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para provimento de cargos na estrutura da Administração Pública do Município do Recife.

Vocês devem estar se perguntando pela aprovação do Projeto, mas ele ainda tramita na Câmara Municipal do Recife e, enquanto isso, a gestão segue sem direcionamento municipal sobre o assunto mesmo com sua Lei Orgânica impondo as cotas desde o ano de 2007. Como exemplo, cito a recente seleção simplificada da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Política sobre Drogas, que tem como secretária Ana Rita Suassuna Wanderley, publicada em Diário Oficial no dia 19 de junho de 2021, para contratação temporária de profissionais como psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, onde mais uma vez não foi cumprida a política de cotas já regulamentada na Lei Orgânica do Município.

Na busca de soluções sobre esse descumprimento, esperamos que a Prefeitura da Cidade do Recife dê respostas do porquê ela ainda não está sendo implementada e que seja encaminhado como resultado dessa audiência que, para as próximas seleções e concursos do município, sejam garantidas as cotas de 20% para essa população. É uma pena que o prefeito João Campos não esteja presente para responder esses questionamentos.

Para embasar essa discussão, trouxemos, hoje, alguns representantes de diferentes movimentos sociais negros que vêm, ao longo dos anos, pautando e lutando pela implementação de cotas em diferentes espaços. Eu não poderia deixar de citar a importância dessa política, por exemplo, no espaço educacional, que promoveu uma alteração do quadro de alunos e alunas das instituições de ensino superior, incidindo no enfrentamento às desigualdades. Assim, não podemos fazer dos cargos públicos do município do Recife um espaço que deva ser “para poucos”, parafraseando a infeliz e segregacionista frase do atual Ministro da Educação do Governo Federal, Milton Ribeiro, quando se referiu às universidades públicas, mas que os cargos públicos da nossa cidade sejam também espaços de promoção de melhoria da qualidade de vida das populações que mais sofrem com as desigualdades em nossa cidade.

Texto 15

15 anos da Lei Maria da Penha e o aumento de casos de feminicídio

Desses 38 feminicídios que ocorreram em nosso estado entre janeiro e abril, pelo menos, 1/3 deles aconteceram na Região Metropolitana do Recife

DISCURSO DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

Bom dia a todas as vereadoras, a todos os vereadores e às pessoas que estão nos assistindo. Hoje, minha fala nesse pequeno expediente é sobre um problema que, infelizmente, já falei aqui nesta Casa em outros momento, que é o da violência contra as mulheres e que, muitas vezes, acaba em feminicídios. No último sábado, 07 de agosto, justamente quando celebramos os 15 anos da Lei Maria da Penha, um marco histórico na luta de mulheres no Brasil, no Recife, uma mulher morreu em circunstâncias ainda não elucidadas no mesmo apartamento onde estava o ex-namorado, no bairro de Boa Viagem. Versões conflitantes têm sido mostradas: a porta-voz da família dela diz o quanto era manipulador e que a afastou de todos da família, tentando, inclusive, afastá-la da mãe, de quem era muito próxima. Dizem que ela chegou a sofrer ameaças e que se tratou, na verdade, de feminicídio, o assassinato de mulheres em decorrência do seu gênero. Do lado da família dele, típicos julgamentos morais, de que ela consumia álcool e tinha problemas psicológicos.

Trago aqui o questionamento: por que é tão fácil desqualificar a imagem da mulher dizendo que tem problemas psicológicos? Por que a tendência é, normalmente, reagir logo em defesa de que o homem era calmo e que não teria a capacidade de fazer algo desse tipo? Vivemos no quinto país mais violento para as mulheres, segundo o Mapa da Violência. Vemos uma verdadeira epidemia de feminicídios. Basta olhar as notícias diariamente e os próprios dados confirmam isso. No caso do nosso estado, houve aumento dos casos. De acordo com informações da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, entre janeiro e abril deste ano, 38 mulheres foram vítimas de feminicídio. Isso significa que tivemos um aumento de 35,7% em relação ao ano passado.

Desse quantitativo, 11 foram apenas no mês de abril, recorde que não vemos desde 2017, que foi o ano em que a Secretaria de Defesa Social começou a contabilizar os feminicídios em Pernambuco. Aqui, eu lembro que, desde 2015, temos a Lei do Feminicídio, que é fruto de uma luta de mulheres que vêm, ao longo da história, denunciando que nós, mulheres, principalmente as mulheres negras, morremos vítimas de uma estrutura machista, patriarcal e racista que não só silencia essas mulheres, mas que retira as suas vidas das mais diversas e violentas formas. Da parte do Governo Federal, o que vimos foram cortes no orçamento da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres que,


em 2021, passou de R\$ 41 milhões para R\$ 34 milhões. Qual é o interesse por trás disso? É importante lembrar que política pública não se faz sem orçamento!

Desses 38 feminicídios que ocorreram em nosso estado entre janeiro e abril, pelo menos, 1/3 deles aconteceram na Região Metropolitana do Recife. Não podemos, de forma alguma, naturalizar esse aumento expressivo no número de casos sem discutir estratégias que venham através de políticas públicas para garantir que essas mulheres permaneçam vivas. A Lei Maria da Penha foi uma importante conquista, mas, ao longo desses 15 anos, o Brasil avançou nas medidas punitivas e, hoje, podemos dizer que pouco se avançou na parte de prevenção que a Lei prevê de forma tão assertiva. Para se enfrentar o problema, é necessário trabalhar as desigualdades de gênero desde criança. Se tivéssemos políticas que priorizassem a educação para os direitos humanos, não só a violência contra a mulher, mas a LGBTQIA+fobia, o racismo e tantas outras formas de preconceito e discriminação poderiam ser evitadas. Precisamos trabalhar a Lei Maria da Penha nas escolas para que não haja reprodução de violências na esfera familiar e doméstica. O que a gestão municipal tem feito para trabalhar a prevenção à violência contra a mulher? Recebemos denúncias de que, nas comunidades, não se têm sequer cartazes com informações sobre os serviços. Também vimos, através de resposta a pedido de informação, que 60% das vítimas de agressões são negras.

São também imprescindíveis políticas de geração de emprego e renda, que se dê autonomia econômica para que muitas saiam dos ciclos abusivos e, também, se faça o debate público sobre a divisão justa do trabalho doméstico. Parece besteira, mas essa concepção sexista de que ao homem cabe o sustento da casa e à mulher as tarefas domésticas é parte da fonte de perpetuação dessa cultura machista que legitima a violência e que tem gerado essa epidemia de feminicídios.

Se vivemos num país onde cada vez mais as mulheres morrem pelo fato de serem mulheres, é dever do poder público, incluindo a Prefeitura do Recife, dedicar atenção para esse problema. E, quando falo isso, é tomar esse problema como uma prioridade que envolve não apenas um discurso, mas garantia inclusive de orçamento para que políticas efetivas de enfrentamento à violência contra as mulheres e feminicídio sejam executadas.





Texto 16

Contra o discurso e postura capacitista do Governo Bolsonaro

A luta anticapacitista precisa ser de todas nós, das pessoas com e sem deficiência

DISCURSO DE 23 DE AGOSTO DE 2021.

Bom dia a todas as vereadoras, a todos os vereadores e às pessoas que estão nos assistindo. Do dia 21 a 28 deste mês, é realizada no país a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, momento de dar visibilidade à luta pela inclusão no país onde o próprio Ministro da Educação demonstra desprezo por milhões de pessoas. Na última quinta-feira (19), o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, falou sem nenhum tipo de pudor que a deficiência elevada de crianças torna impossível a convivência em sala de aula. Disse ainda que essas crianças não conseguem nem aprender. Desde esse dia, tenho visto diversas pessoas se manifestando acerca da fala irresponsável desse sujeito.

Cabe aqui lembrar a existência da Lei Brasileira de Inclusão, que foi fruto de muita luta da sociedade civil. Nela, temos que “É instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” Nesta lei, lemos também que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Porém, no Brasil governado por Bolsonaro, o próprio ministro descumpra a LBI ao, abertamente, discriminar não só as crianças que têm alguma deficiência, mas também milhões de adolescentes e adultos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quase 25% da população brasileira têm algum tipo de deficiência. São, pelo menos, 45 milhões de pessoas.

Infelizmente, essa fala preconceituosa não é algo pontual nesse desgoverno de Bolsonaro. Faz parte de uma política de desprezo pela vida e de tudo o que foge à ordem dos homens brancos, heterossexuais, ricos e sem nenhum tipo de deficiência. O governo que, em 2020, instituiu o Decreto Federal Nº 10.502, que institui a Política Nacional de Educação Especial, que diz cabe aos pais escolherem qual é o tipo de educação que darão às suas filhas e aos seus filhos, seja em escolas inclusivas, regulares ou em classes especiais. Porém, na prática, o decreto desobriga as escolas a oferecerem garantia universal para todas as crianças. Abre-se uma brecha na lei para instituições recusarem crianças com deficiência sob a justificativa de que não têm capacidade, não estão preparadas etc. Trata-se de uma política capacitista, que é aquela pautada pelo preconceito e pela discriminação contra as pessoas com algum tipo de deficiência. As escolas especiais são necessárias, sobretudo,

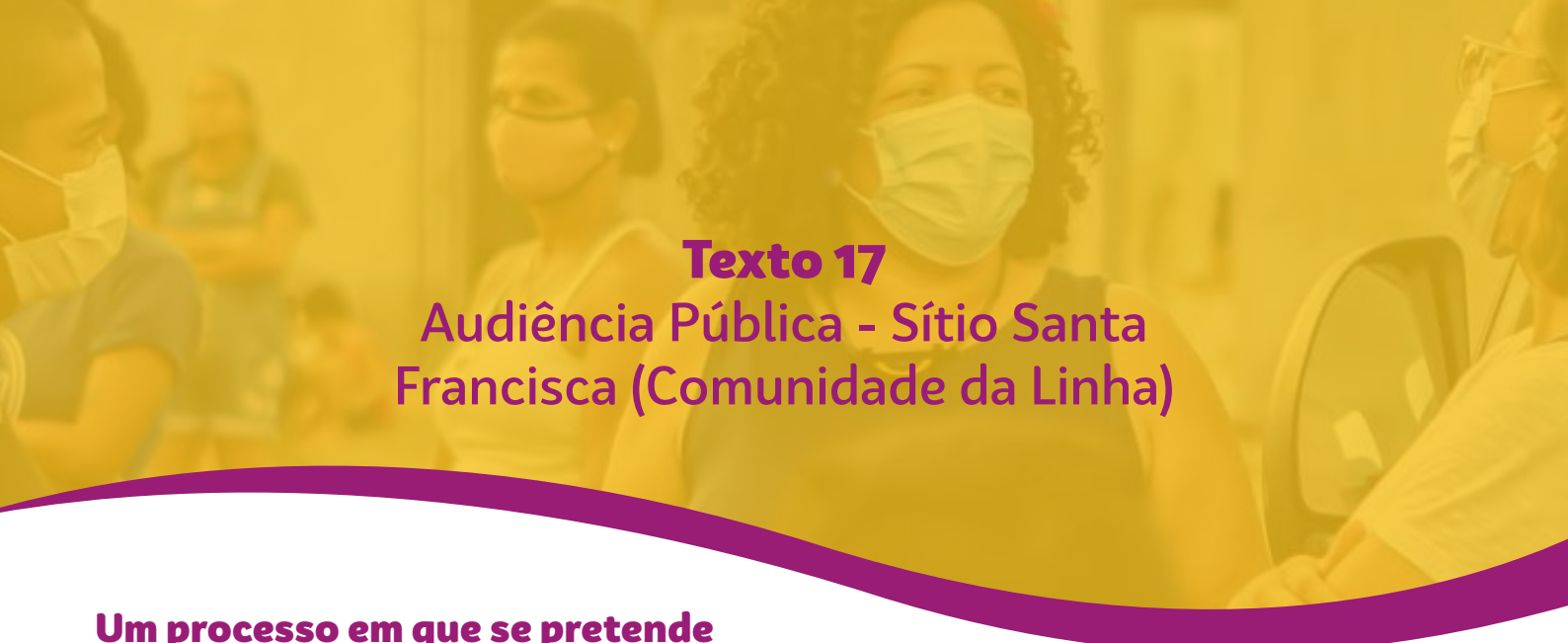


para as crianças que têm um comprometimento maior. Mas, elas não devem ser a única opção para elas porque há crianças diversas e não podem ter negados os seus direitos ao estudo, ao convívio com outras, a uma infância saudável, à segurança alimentar.

Cabe destacar também que levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apontou que mais de 21 mil pessoas com deficiência perderam seus empregos em 2020. Entendemos que a Prefeitura do Recife precisa incentivar abertura de vagas para pessoas com algum tipo de deficiência em diversas áreas no mercado de trabalho, em cursos de capacitação profissional e concursos municipais.

Precisamos enfrentar essa política capacitista, que quer julgar as pessoas pelas suas deficiências, achando que são incapazes por conta de sua condição. O capacitismo está presente na fala não só do ministro, mas também do governo como um todo e é a fala que quer segregar e isolar as pessoas com deficiência do restante da sociedade. A gente entende que é preciso lutar por uma sociedade anticapacitista, que enxergue as pessoas como sujeitos de direitos e com autonomia e capacidade para desempenhar funções no mercado de trabalho, para terem relacionamentos, para gerarem e criarem filhos. É preciso que a gente defenda uma cidade sem barreiras arquitetônicas e comunicacionais, com calçadas estruturadas, estabelecimentos adaptados, devidamente preparada para que essas pessoas possam exercer o seu direito de ir e vir. É preciso enxergar as deficiências como parte da nossa pluralidade.

Por fim, a luta anticapacitista precisa ser de todas nós, das pessoas com e sem deficiência e é urgente que aconteça no cotidiano desta Casa legislativa. Portanto, além de nos solidarizarmos com as pessoas com deficiência diante dessa fala de Milton Ribeiro, é fundamental analisarmos se, em nossa atuação parlamentar, estamos contribuindo para a construção de uma cidade inclusiva e acessível para todas as pessoas.



Texto 17

Audiência Pública - Sítio Santa Francisca (Comunidade da Linha)

Um processo em que se pretende despejar uma comunidade que fez pelo seu espaço muito mais do que a empresa que se intitula dona

DISCURSO DE 22 DE SETEMBRO DE 2021.

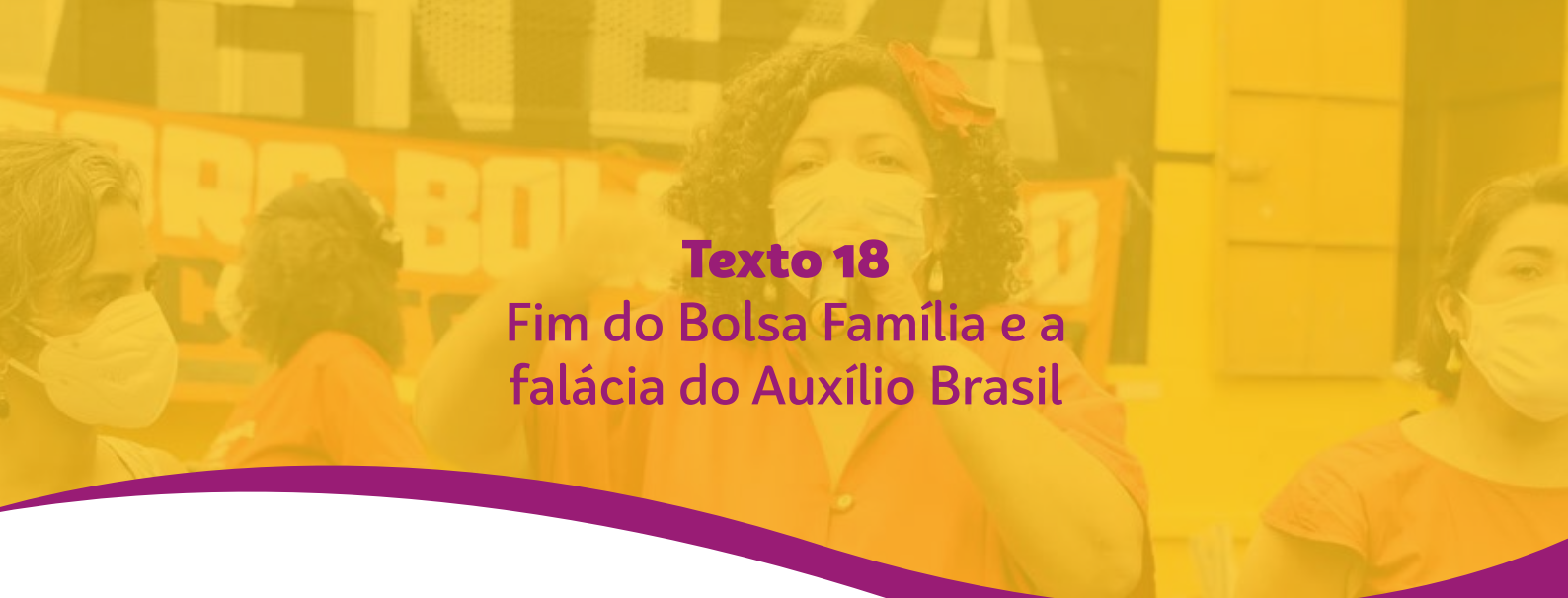
Boa tarde a todas as pessoas que estão nos assistindo. Quero cumprimentar as representações que estão participando desta Audiência Pública. Gostaria de iniciar essa minha fala de abertura com um questionamento: qual é a função social da linha de trem e qual é a função social da moradia na comunidade do Sítio Santa Francisca e na comunidade Amor e Paz/Beco do Michelin? Trago essas perguntas porque, há meses, estamos travando uma luta com o Poder Público e com a empresa Transnordestina para poupar as moradias das diversas famílias que moram nessas comunidades de um despejo completamente descabido em plena pandemia do COVID-19. Foram meses de construção, meses de mobilização e diálogo para conseguir o mínimo para essas famílias: ter o direito à moradia. Conseguimos que fosse adiado, mas não, necessariamente, evitado. Com um esforço enorme as Juntas Codeputadas aprovaram essa semana a Lei Estadual Nº 17.400/21, conhecida por Despejo Zero. Uma vitória, sem dúvida, mas não conseguimos estabelecer um diálogo com quem é responsável por todas essas vidas. São mais de 700 pessoas afetadas, e mais de 200 residências. Por isso, estamos aqui hoje. Nossa segunda Audiência Pública se propõe a construir um diálogo com todos os representantes desse cenário e mostrar um relatório riquíssimo fruto de estudo realizado na comunidade para entender a real situação da comunidade, mas também propor e debater soluções com o poder público.

Por isso, considero oportuno fazermos essa pergunta (qual a função social da linha de trem e qual a função social da moradia na comunidade do Sítio Santa Francisca e na comunidade Amor e Paz/Beco do Michelin?), depois de tantas discussões vazias e sem encaminhamentos com diversos representantes da Prefeitura da Cidade do Recife, enquanto centenas dormem sem a certeza de onde vão morar. Qual a real função social da linha de trem da Transnordestina nessas comunidades? Essa linha tem seu propósito efetivamente cumprido, tanto dentro, quanto fora dessa comunidade? Há quantos anos, esse espaço vem sendo berço de uma transformação social e há quanto tempo a presença dessa linha se fez necessária para a vida da comunidade? A Transnordestina, esqueceu durante anos o espaço que nunca havia efetivamente tido posse, apenas a linha férrea. Não à toa, se dá o surgimento de uma comunidade inteira que cresceu e se estabeleceu em uma região abandonada pela Transnordestina e pelo Poder Público. Se pensarmos e realmente olharmos para essas comunidades, entenderemos que a função social dessa linha de trem não vem sendo cumprida e,

muitas vezes, é o empecilho para que a comunidade possa efetivamente continuar naquele espaço. A Transnordestina passou anos sem se atentar ao espaço e ignorou as centenas de famílias que, desde a década de 1990, passaram a dar àquela região um propósito e uma função social. Olhando a função social da moradia, entenderemos toda a história de ocupação daquele espaço, que, desde seu início, não estava sendo utilizado para cumprir seu papel. As moradias, as casas dessas famílias falam por si só das lutas e conquistas da comunidade. Precisamos entender que essa função social das moradias na comunidade do Sítio Santa Francisca e na comunidade Amor e Paz/ Beco do Michelon, são amplas e vão para além das residências.

Durante décadas, naquela comunidade, firmaram-se diversos serviços que caberiam à gestão pública. E, nesse emaranhado todo, encontramos uma comunidade que tem uma parte de suas casas com luz e ruas com postes de iluminação pública. Mas, não há serviços básicos, como saneamento e acesso ao ensino público. Na contradição desse processo, há a presença do Poder Público que se nega a existir dentro da comunidade, que vira as costas, mas coleta da própria comunidade encargos que deveriam voltar para as famílias por meio de ações de melhorias. Nessa negligência, chegamos ao cerne dessa nossa discussão. Um processo em que se pretende despejar uma comunidade que fez pelo seu espaço muito mais do que a empresa que se intitula dona. Uma comunidade que, abandonada pelos órgãos públicos, efetivou um propósito de vida e moradia para suas famílias naquele terreno. Uma comunidade que está prestes a perder tudo sem nem ser apresentada a um projeto urbanístico que lhes garanta uma compensação, um plano para seu futuro. Hoje, nossa discussão deve olhar para além do despejo. Precisamos estabelecer um plano de ação para essas inúmeras famílias. Precisamos avançar no diálogo da comunidade com as representações do Poder Público e da Transnordestina. Não se pode continuar apenas conquistando o mínimo. Esse momento precisa ser um marco em nosso diálogo.





Texto 18

Fim do Bolsa Família e a falácia do Auxílio Brasil

Acabar com o Bolsa Família é atingir, sobretudo, as mulheres, que compõem 90% das pessoas inscritas

DISCURSO DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

Bom dia a todas as vereadoras, a todos os vereadores, às pessoas que estão nos assistindo e à imprensa, que tem sempre nos acompanhado. O que me traz nesta tribuna hoje é a indignação de, mais uma vez, ver os efeitos do aprofundamento das desigualdades sociais que o governo de Jair Messias Bolsonaro tem causado ao nosso país. Nos últimos dias, temos visto reportagens mostrando filas imensas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e na Central de Atendimento do Cadastro Único (CadÚnico), na Rua do Imperador, com pessoas chegando de madrugada, na incerteza do que vai acontecer com o fim do Programa Bolsa Família e o último pagamento do Auxílio Emergencial. É desespero, medo das pessoas perderem o pouco que recebiam, mas que era certo, fruto de uma política pública criada em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Bolsa Família, ao longo desses quase 18 anos, foi uma ferramenta de transferência de renda responsável por tirar cerca de 36 milhões de pessoas da linha da pobreza. O Programa foi finalizado sob a justificativa de que seria substituído pelo Auxílio Brasil, um pagamento com um valor incerto, que tem o objetivo de ir apenas até o fim de 2022 e que sequer tem orçamento previsto. É preciso negritar que está em jogo o calote representado pela PEC dos Precatórios para que o governo pague o valor desse auxílio, que está muito evidente que tem fins eleitoreiros. A Oxfam Brasil alerta que “[...] o programa apresenta uma concepção confusa, que vai das categorizações criadas para o acesso ao benefício até os mecanismos de monitoramento da sua execução e impacto” e que beira a crueldade acabar com o Bolsa Família, modelo no mundo, sem realizar debate amplo com a sociedade, deixando milhões de famílias sem saber se poderão seguir se alimentando e sobrevivendo.


Num cenário de quase 14 milhões de pessoas desempregadas, 5,3 milhões desalentadas, que sequer trabalho mais procuram, 17 milhões de pessoas subutilizadas e mais de 36 milhões na informalidade, Bolsonaro acaba com um direito conquistado e que significava na vida de milhões de famílias uma perspectiva de dignidade. Não podemos nos esquecer que são 116 milhões de pessoas em insegurança alimentar e 19 milhões passando fome. Todas as semanas, vemos notícias que mostram o drama das pessoas em busca de comida, como já falei aqui tantas vezes.

Acabar com o Bolsa Família é atingir, sobretudo, as mulheres, que compõem 90% das pessoas inscritas. O Auxílio Brasil não é a mesma coisa ou uma versão melhorada, como andam dizendo. Para



a historiadora Denise de Sordi, “O Auxílio Brasil é a síntese dos esforços pelo colapso da rede de proteção social brasileira” e isso se dá com o objetivo de enxugar o custo social. É o governo tirando das mais diversas formas a responsabilidade estatal no enfrentamento às desigualdades sociais. Isso não vem de hoje. Desde o golpe contra Dilma Rousseff, presidenta eleita, vemos várias formas de retirar nossos direitos, como a reforma trabalhista, a PEC dos Gastos, a reforma da previdência e tantas outras, como a reforma administrativa, a privatização dos serviços públicos, com a justificativa de que são mudanças necessárias para salvar o país. O que está por trás dessas medidas é uma lógica individualista e da meritocracia, tão presentes no sistema capitalista. É essa lógica que rege o Auxílio Brasil, que já anuncia em seu artigo primeiro que incentivará o esforço individual.

Não há mais os pressupostos de um programa ancorado em direitos e proteção social ampla garantida pelo Estado. Voltamos aos tempos em que se acreditava apenas na visão do desempenho individual, em que, se a pessoa for bem sucedida, merece a premiação do Estado. Enquanto isso, vigora a visão predominante por muito tempo no Brasil de que pobres não deram certo por falta de esforço, ignorando os fatores estruturais e coletivos que estão na base de tantas desigualdades e exclusões que vivemos no Brasil. Se a preocupação de Bolsonaro realmente fosse em enfrentar a pobreza, não teria dificultado o pagamento do Auxílio Emergencial em pleno pico pandêmico em que milhões de pessoas estavam expostas a morrer pela Covid ou pela fome. Mais ainda: ajustava o valor do Bolsa Família, ao contrário de promover o desmonte do sistema de proteção social no país, que só vai aprofundar a miséria e o caos.



Texto 19

Medalha Olegária Mariana - Ediclea Santos

Clea representa, hoje, uma das principais vozes do feminismo negro

DISCURSO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021.

É com imensa alegria que, neste Novembro Negro, trazemos para votação nesta Casa a Medalha de Mérito Olegária Mariano a ser concedida a Ediclea Santos, mais conhecida como Clea. Mulher negra, feminista, periférica, educadora social, artista, mãe e avó, é uma das lideranças comunitárias de Passarinho, bairro localizado na Zona Norte do Recife.

É inegável como a luta das mulheres negras em suas comunidades é capaz de apresentar resultados, muitas vezes, surpreendentes. Porém, suas trajetórias são marcadas por muitas dificuldades, enfrentando os problemas sociais estruturais que se desenrolam em problemas cotidianos. A ausência de transporte público nas periferias, a falta de creches para deixar seus filhos, a precarização das Unidades Básicas de Saúde da Família, a falta de iluminação pública, saneamento básico, segurança pública e segurança alimentar. Todos esses problemas reais vividos por aquelas e aqueles que residem nas periferias da Cidade do Recife.

Diante desse contexto, Clea, através de sua atuação política, faz com que as pautas e demandas do bairro de Passarinho, área periférica localizada na Zona Norte do Recife, sejam levadas e ouvidas em diferentes espaços. A trajetória política de Clea começou em meados dos anos 1980, no Morro da Conceição, onde ela teve seu primeiro contato com o movimento feminista do Recife, através do Grupo Mulheres do Morro.

Iniciou-se ali uma história pautada em muita luta e resistência feminista negra. Em 1997, ela chegou a Passarinho. É uma das fundadoras e Coordenadora do Grupo Espaço Mulher Passarinho (antes, chamado de “As Kombeiras”), do Ocupe Passarinho, integra também o Fórum de Mulheres de Pernambuco, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a Articulação de Mulheres Brasileiras. Clea representa, hoje, uma das principais vozes do feminismo negro, da luta por moradia e pelo direito à cidade. “Clea tem uma chama pro canto, pra coletividade, pro ajuntamento de vozes silenciadas, mas ela não canta nem fala pelas outras, ela articula, movimenta, instiga e provoca agitos”, afirma a professora e pesquisadora Maria Cristina Nascimento.





Com Clea, o Grupo Espaço Mulher se tornou um lugar de segurança e acolhimento, onde as mulheres aprenderam sobre sororidade, afeto, identidade, mas, sobretudo, sobre direitos. O Grupo cumpre o papel pedagógico de falar sobre a violência doméstica, os direitos sexuais e reprodutivos, o direito à cidade, a saúde, a educação. Serviu como ponto de apoio para que políticas públicas chegassem à Comunidade.

Durante a Pandemia de Covid19, a atuação das mulheres do Grupo Espaço Mulher e da liderança não cessou. Pelo contrário, o trabalho dessas mulheres centrou-se em enfrentar as desigualdades sociais que foram intensificadas com a crise sanitária e econômica do contexto pandêmico, o qual atingiu, principalmente, as mulheres negras e periféricas. A fome foi, sem dúvidas, um dos principais problemas enfrentados pela população negra e periférica. Com o avançar da Pandemia, Clea, junto com as mulheres da Comunidade de Passarinho, atuou a partir de um projeto de agroecologia, que incide diretamente na segurança alimentar da Comunidade.

Essa atuação foi direcionada às mulheres da comunidade, as quais, na sua maioria, trabalham em serviços domésticos e, em virtude da pandemia, perderam seus trabalhos e, conseqüentemente, suas rendas, passando a vivenciar constantemente a realidade da fome. Com isso, através do plantio de frutas, raízes e hortaliças para a Comunidade, Clea e as mulheres de Passarinho contribuíram para amenizar esse problema tão grave. Além disso, ela destaca, em entrevista dada à Rádio Brasil de Fato, que a prática da agroecologia não só ajuda a sanar a fome, mas serve como terapia para os muitos casos de depressão e isolamento vivenciados por essas mulheres.

Clea traz não só na pandemia, mas ao longo de toda sua trajetória política e militante, a defesa dos direitos das mulheres e do direito à cidade, por meio de uma atuação popular, tornando-se uma grande referência no município na luta pela melhoria da qualidade de vida e pelo acesso a direitos de uma comunidade, muitas vezes, esquecida e invisibilizada pelo Poder Público.

Assim, entendemos que a vida de Clea tem sido dedicada a ajudar as mulheres periféricas do Recife e que são imensuráveis as benfeitorias já realizadas por ela nesses anos à frente do Grupo Espaço Mulher. Uma história que honra a memória da Senhora Olegária Mariano, apelidada carinhosamente “Mãe dos Pobres e Mãe do Povo”, devido à sua bondade e dedicação. Temos a certeza de que uma mulher como Ediclea Santos é digna de uma Honraria como a Medalha de Mérito Olegária Mariano.

Texto 20

Sessão Solene em Celebração ao Dia da Consciência Negra – Homenagem a Inaldete Pinheiro

Inaldete, você é para mim e tenho certeza que, para muitas e muitos desse estado, uma das nossas principais referências.

DISCURSO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021.

Boa tarde à nossa homenageada, Inaldete Pinheiro, a todos os vereadores, às pessoas que estão aqui presentes, as que estão nos assistindo e à imprensa, que tem sempre nos acompanhado. Hoje, é uma sessão muito especial para mim, minha primeira sessão solene enquanto presidente da Comissão de Enfrentamento ao Racismo e Igualdade Racial da Casa José Mariano.

Quem me acompanha sabe que a pauta do enfrentamento ao racismo é basilar na minha história e na minha atuação política. Assumi com a população de Recife o compromisso de trabalhar em prol da equidade racial por acreditar, inclusive, que a persistência do racismo impede que tenhamos uma real democracia. Assim, quando nossa mandata traz em fevereiro o Projeto de Resolução Nº 5 para criação da “Comissão de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo”, a nossa proposta é que esta Casa tratasse desse problema de forma efetiva, com leis que de fato promovam mudança na vida das pessoas.

Venho travando essa luta contra o racismo, inclusive, aqui, no Parlamento, que é o local onde tenho me movimentado, atualmente, sempre na busca da garantia da vida da população negra. E, nessa busca pela garantia da vida da população negra, o movimento negro vem ao longo dos anos travando embates contra projetos políticos de genocídio do nosso povo.

No último sábado, 20 de novembro, fomos às ruas reafirmar nossas lutas na “Marcha da Consciência Negra de Pernambuco” sob o lema “O povo negro resiste ao genocídio: antes, durante e depois da pandemia”. Fomos às ruas do Recife, pois a vida do povo negro continua sendo tratada de forma descartável ou, como dizia Elza Soares, em 1998, “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, frase ainda tão atual quando olhamos para a cor da miséria do nosso país, para a cor dos que são vítimas das balas perdidas, da violência policial e tantas outras desigualdades que afetam as nossas vidas.

Diante do compromisso dessa Comissão com o enfrentamento ao racismo, realizamos essa sessão solene em celebração ao 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, reafirmando nosso compromisso com a vida, história e resistência do povo negro que segue todos os dias em luta.



A escolha da data 20 de novembro como o “Dia da Consciência Negra” faz referência à morte de um dos principais líderes da luta do povo negro, Zumbi dos Palmares, assassinado no ano de 1695. A data é incluída no calendário escolar no ano de 2003, sendo instituída nacionalmente apenas em 2011 através da lei nº 12.519, que institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro. Hoje, ativistas, grupos, coletivos, organizações integram o movimento negro na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, em que o racismo não mais seja um elemento que estruture a nossa sociedade.

São muitos os nomes das nossas lideranças e referências. Dandara, Tereza Benguela, Carolina Maria de Jesus, Lélia González, Marielle Franco. Como dizemos no movimento de mulheres negras, nossos passos vêm de longe, nossas referências nos ensinam a lutar por uma sociedade em que nossas vozes, nossos sonhos e vidas não sejam ceifados.

Assim, eu lembro que falar da história dessa Casa Legislativa e da cidade do Recife, é falar da resistência do povo preto, é falar da luta e da construção desses passos que, nesta cidade, não começaram e tampouco terminará hoje. É falar da luta de inúmeras mulheres negras que resistem e caminham para que várias outras de nós possam caminhar, que lutam pelo enfrentamento ao racismo, pela promoção da igualdade racial e pelo bem viver, no qual uma delas eu tenho a honra de homenagear hoje, Inaldete Pinheiro.

Muito me emociona, eu, uma mulher negra, que hoje estou vereadora da cidade do Recife, poder receber uma das pessoas que tiveram grandes contribuições com a fundação do movimento negro pernambucano. Inaldete, você é para mim e tenho certeza que, para muitas e muitos desse estado, uma das nossas principais referências. Você é patrimônio, você é história, é resistência.

Uma das principais referências da luta antirracista do nosso estado, Inaldete Pinheiro de Andrade nasceu no ano de 1946 na cidade de Parnamirim-RN e veio para Recife aos 20 anos de idade. Graduada em Enfermagem e com mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, traz em sua história uma vasta contribuição para a luta contra o racismo e desigualdades sociais. Não é por acaso que recebeu na Assembleia Legislativa o merecidíssimo Título Honorífico de Cidadã Pernambucana e, aqui, nesta Casa, foi aprovada nesse ano a também merecida Medalha de Mérito Olegária Mariano, criada para homenagear mulheres que tenham prestado serviços à humanidade e nesse mês de novembro concedemos votos de aplausos por sua contribuição à luta antirracista.

Como falei, dentre os principais destaques da sua atuação, está o fato dela ter sido uma das fundadoras do Movimento Negro em Pernambuco e ter uma contribuição significativa com a história desse movimento não só no estado, mas no país. Ativista em prol da valorização da cultura negra tem uma vasta produção bibliográfica que contribui para o ensino da história e das culturas afro-brasileiras e africanas. Além de ativista e pesquisadora, ela é uma das mais importantes escritoras negras de Pernambuco e sua produção é composta por uma série de livros, inclusive infanto-juvenis, que tem como objetivo a valorização dessa cultura afro-brasileira e africana. Recentemente, foram publicados mais duas de suas preciosidades: “Escritos das Escravidades” e “Escritos das Liberdades”.

Assim, ao longo desses anos, Inaldete tem contribuído de forma efetiva para a luta contra o racismo no nosso estado e está presente nas discussões e embates mais importantes que envolvem a pauta racial, mantendo a postura de prezar pela vida do povo negro, visando o fim das desigualdades e discriminações.

Finalizo minha fala voltando ao dia 01 de janeiro, quando eu estava neste mesmo púlpito, fazendo meu discurso de posse. Nele, falei da nossa reintegração de posse e da grande missão que teríamos para tornarmos a Câmara Municipal do Recife um espaço ativamente combativo contra o racismo. Um espaço que legisle entendendo a necessidade de ser antirracista. O ano seguiu e a minha reintegração de posse foi o primeiro passo para um primeiro ano de muitas lutas, aprendizado, escuta e trabalho.

Hoje, falo deste púlpito para mais uma vez reforçar nossa luta constante contra o racismo. Eu cheguei aqui por todas nós! Ser a vereadora negra com mais votos nesta casa, é um reflexo da necessidade que nossa cidade tem de representatividades negras em espaços de poder. Quando digo: “eu sou porque nós somos”, eu realmente acredito que minha caminhada só foi possível por que antes de mim existiram muitas outras que lutaram. E, se estou aqui, hoje, é por conta da nossa homenageada do dia, Inaldete Pinheiro. Obrigada, Inaldete que sigamos juntas nessa luta e, como diz o poeta baiano José Carlos Limeira, “Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo”. Nessa casa, nas ruas e onde quisermos!





**Gabinete da
Vereadora
Dani Portela**

☎ (81) 3301.1207

☎ (81) 3301.1276

✉ dani.portela@recife.pe.leg.br

f    [daniportelapsol](#)

🌐 www.daniportela.com.br

Rua Princesa Isabel 410, sala 24, Boa Vista, CEP 50.050-450 Recife/PE





VEREADORA
Dani
Portela



PSOL

